



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

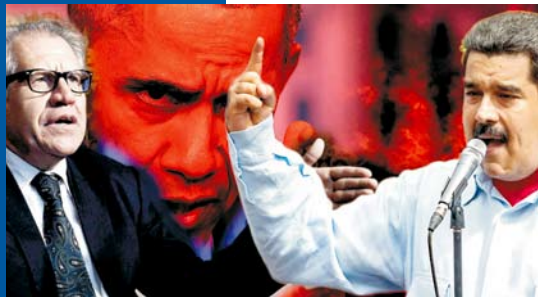
ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 27 - Nº 521 - DE 5 A 19 DE JUNHO DE 2016 - R\$ 4,00



## Governo golpista e podre

**Enfrentar Temer com uma campanha nacional em defesa dos empregos, salários, direitos e terra aos camponeses**

### Venezuela:



**Nenhuma intervenção da OEA e do imperialismo! Que os venezuelanos resolvam sua crise!**

### Europa:



**Grandes lições da greve operária Francesa**

## **Governo golpista e podre Enfrentá-lo com uma campanha nacional em defesa dos empregos, salários, direitos e terra aos camponeses**

É cedo para dizer que Temer não se firmará no poder. Mas está claro que não superará a crise política. Nasceu golpista e podre. O receio de que não conseguirá responder ao processo de desintegração econômica e social do País começa a atingir setores que estiveram ou se juntaram ao golpe. Começa-se a suspeitar que Temer não terá como implantar o conjunto de medidas anunciadas, nem mesmo as mais esperadas, como o caso da reforma trabalhista e da previdência. Sua missão, caso não reúna forças para tanto, será a de preparar o caminho para o governo a ser eleito em 2018.

A nova aliança que está sendo montada em torno do governo golpista ainda é circunstancial. A intenção da camarilha do PMDB de traçar um caminho próprio parece naufragar com a queda prematura de dois ministros e com as trapalhadas em alguns dos ministérios. A defesa do novo ministro da Transparência, Fiscalização e Controle, Torquato Lorena Jardim, de que tem por prioridade estabelecer o recurso da “Leniência”, para recuperar as construtoras implicadas no processo da Operação Lava Jato não foi bem aceita em setores do golpismo. Parece-lhes impróprio que o substituto do ministro Fabiano Silveira começasse justamente com a sensível ideia de desfazer o percurso da Lava Jato. A imprensa golpista o criticou por retomar em sua primeira apresentação a Medida Provisória (MP) 703, de Dilma Rousseff, sobre a “leniência”. Para agravar, veio à tona o teor de uma entrevista dada por Torquato Lorena, no Piauí, em maio, em que os partidos fizeram do Congresso Nacional um balcão de negócios. Referiu-se, em particular, à coligação formada por 13 partidos, chamada de Centrão, que conta com 225 deputados. “Corrupção e safadeza” foram as palavras para caracterizar o bloco que possibilitou o impeachment de Dilma Rousseff e que agora cobra a fatura de Temer.

A entrega da “Secretaria de Políticas para Mulheres” a Fátima Palaes (PMDB) atingiu diretamente as organizações e o movimento feminista. Isso bem no momento em que os noticiários ficaram repletos de dados sobre a violência sobre a mulher em virtude do contundente estupro da jovem de 16 anos no Rio de Janeiro. A nova secretária é inimiga mortal do direito ao aborto, inclusive no caso de estupros. Expressa na política burguesa e obscurantismo religioso da seita evangélica. A desfaçatez do governo golpista é tão grande que não se importou com o fato de Fátima Palaes carregar a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) de fazer parte de uma quadrilha que “desviou R\$ 4 milhões para uma ONG fantasma”.

A influência do facínora Paulinho da Força, deputado Federal e presidente do Solidariedade, na indicação de nomes para a Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário também não foi bem recebida nas hostes dos golpistas. Paulinho foi um arauto do impeachment. Passou, assim, a ter direito na distribuição de cargos. O convite que fez ao bandido José Rainha a comparecer no Palácio do Planalto atíçou os nervos da UDR e de seu criador Ronaldo Caiado. Mesmo que a função de Rainha seja a de colaborar com o governo, fazer frente ao MST e dividir os camponeses sem terra, não é concebível à oligarquia latifundiária tê-lo ao lado dos golpistas.

Os tropeços de Temer têm provocado descontentamento nos

quadros das forças golpistas. A Operação Lava Jato deve ser desativada, mas com critério. Não pode parecer como decisão das oligarquias partidárias que ocuparam a presidência da República. As gravações que revelam o ex-ministro Romero Jucá expõem a tese de mudar o governo para estancar a hemorragia explicitaram uma faceta do impeachment. Deram ao PT o argumento de que ali se comprovava de vez que o “desvio de poder” é mais amplo do que o praticado pelo ex-presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, quando encaminhou o impeachment sem que estivesse constatado crime de responsabilidade.

A certeza de que o Senado concluiria o impeachment sem problemas está coberta por uma nuvem de imprecisão de como será a votação. Certamente, os omissos e não declarados esperam os próximos passos da crise de Temer. Nota-se que muita negociação terá de ser feita para o Senado bater o martelo. Já não há o clima político que amparou a maciça votação de 17 de abril na Câmara Federal.

Está aí por que Temer pleiteia a antecipação da decisão. A divergência será resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, diante da decisão de Raimundo Lira, presidente da Comissão Processante, de aceitar a proposição da senadora Simone Tabet (PMDB) de antecipar a votação para final de julho.

Há que se acrescentar o fato do ministro do STF, Gilmar Mendes, ter sido forçado a dar continuidade à investigação sobre Aécio Neves, acusado de fazer parte do esquema de arrecadação ilícita para campanha eleitoral. Foi tão descarada a manobra de Mendes que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, teve de acusá-lo de interferir indevidamente em um “processo já instaurado”.

Neste pequeno espaço que falta para a consecução formal do golpe de Estado, está lançada a sorte do governo de Michel Temer. Apesar das dúvidas e reprovações expressadas nas fileiras dos golpistas, a bandeira é que Dilma não pode voltar. O mais provável, apesar das dificuldades de Temer em organizar um governo que conte com o consentimento da população, é que a burguesia reúna forças nesse último momento para decidir a favor do impeachment. Os esforços, nesse sentido, se apoiam na tese de que a economia precisa ser recuperada; e o desemprego ser estancado.

A CUT aprovou uma resolução que prescreve a “construção da greve geral”, seguindo o calendário do Senado. Nada indicou até agora seriedade. Postos de trabalho continuam sendo ceifados, o desemprego chegou a cerca de 11,5 milhões e a renda média dos trabalhadores está caindo. A resposta aos ataques dos capitalistas aos explorados é o ponto de partida da luta contra o governo golpista e podre do PMDB, PSDB e DEM.

Se a CUT, MST, CTB e UNE não romperem com a política de conciliação de classes do PT e PCdoB, acabarão se submetendo ao governo antinacional e antipopular de Temer. A luta da vanguarda consciente deve se concentrar na defesa do programa de reivindicações das massas, do método da ação direta, da organização coletiva e da independência política do proletariado, sob sua estratégia própria de poder (governo operário e camponês).

# Primeiras medidas econômicas revelam o conteúdo do governo golpista de Temer

Logo nos primeiros dias de governo, Temer procurou enviar ao Congresso um pacote de medidas de resposta à crise econômica. O governo Dilma já havia tentado trilhar esse caminho, mas não foi capaz e foi derrubada pelo impeachment. Agora, o governo golpista procura efetivá-las de forma a dar mostras de que será capaz de cumprir as metas impostas pelo sustento do parasitismo financeiro da dívida pública.

A primeira medida foi a votação da mudança do orçamento, de forma a que ele possa fechar o ano com um déficit de R\$ 170 bilhões. Essa medida foi aprovada já em 2015, no governo Dilma, que estabeleceu um déficit de R\$ 120 bilhões. A aprovação do déficit serve para criar uma exceção à lei de Responsabilidade Fiscal. Ao mesmo tempo, revela seu caráter demagógico e hipócrita. Se a tal lei serve como pretexto para os governos não aumentarem os salários do funcionalismo ou as despesas com serviços sociais públicos, mantendo os compromissos de sustento do parasitismo financeiro, ela pode e é quebrada quando se trata de garantir, mesmo sem arrecadação suficiente para isso, que se cumpram os compromissos com os credores da dívida pública. Ou seja, não pode gastar mais do que arrecada se for para saúde e educação, mas pode gastar a fábula de R\$ 170 bilhões a mais se for para pagar os juros da dívida pública.

A segunda medida é a devolução pelo BNDES de R\$ 100 bilhões aos cofres da União. Os recursos seriam destinados a financiar as indústrias na compra de máquinas. Temer vai retomar esse dinheiro todo e usá-lo para pagar juros da dívida. A indústria, já em retração há anos, sofrerá ainda mais para obter recursos para financiamento. Novamente, para sustentar o parasitismo financeiro.

A terceira medida é o uso dos R\$ 2 bilhões do Fundo Soberano, criado pelo governo Lula nos tempos em que os BRICS estavam em alta. De soberano o fundo não tem nada, serviu para sustentar o capital financeiro internacional por meio dos juros da dívida.

A quarta medida é o congelamento do valor real dos gastos com saúde e educação. Essa medida é um passo no sentido da desvinculação dos recursos da união. O congelamento implica na prática a redução das porcentagens gastas nesses setores. Claro, os recursos obtidos servirão para juntar a massa de dinheiro a ser devorada pelo parasitismo financeiro.

O fundo do Pré-Sal também sofrerá mudanças, que permitirão maior exploração pelas multinacionais com a retração das participações da Petrobras na exploração de petróleo e a desobrigação de vincular os recursos provenientes na educação e saúde.

A maior liberdade de efetivação das parcerias público privadas nas obras de infraestrutura e a proposta de abrir dezenas de novas licitações servem ao favorecimento das construtoras, que vêm sofrendo com a recessão econômica e se utilizarão dos recursos públicos para se equilibrarem.

A reforma da previdência será apresentada de forma mais acabada depois de ser negociada com pelo menos parte da burocracia sindical. É preciso amarrar os burocratas sindicais a uma proposta comum que expresse a necessidade capitalista de barrar as aposentadorias, obrigar os assalariados a trabalhar até morrer. Parte dos recursos previdenciários deve ajudar a sustentar o parasitismo financeiro também.

Uma maior carga de impostos está na mira do governo. A aprovação da CPMF depende, porém, de se criarem as condições políticas para isso. O reajuste salarial recém- aprovado no legislativo pode ser o pretexto para encaminhar o imposto. Que certamente arrecadará bem mais que o dispêndio com o aumento nos holleriths.

## O maior devorador de recursos: a dívida pública

Em março, a dívida pública alcançou a marca de R\$ 2,88 trilhões de reais. É possível que alcance algo entre R\$ 3,1 trilhões e R\$ 3,3 trilhões até o final de 2016. Desse total, 17% pertencem a investidores externos, 24% , a bancos, 22%, a fundos de previdência e 21%, a fundos de investimento. Estima-se que a dívida pública cresça em R\$ 50 bilhões por mês. Deve saltar de 66,5% do PIB em 2015 para 74,4% em 2016.

Só em março, a emissão de títulos públicos foi de R\$ 52,21 bilhões. Resgataram-se apenas R\$ 2,6 bilhões e se gastaram R\$ 17,62 bilhões em juros. Emitiu também R\$ 1,5 bilhão em títulos no mercado externo.

A arrecadação anual do tesouro é de cerca de R\$ 1,1 trilhão. Ou seja, metade dos recursos é destinada ao parasitismo financeiro sobre a dívida. R\$ 501 bilhões foram o dispêndio do Tesouro Nacional, em 2015, com juros da dívida pública. Não economia atrasada e semicolonial que aguenta tamanha sangria de recursos.

A conclusão a que se chega é que o principal objetivo das medidas econômicas do governo golpista de Temer é arrecadar dinheiro para garantir o pagamento dos credores da dívida.

É preciso levantar as reivindicações que se opõem às medidas pró-parasitismo financeiro e ligá-las sob a bandeira de não pagamento da dívida. Somente o não pagamento da dívida permitirá defender os recursos públicos dos serviços sociais e pagamento do funcionalismo. Essa luta é parte da luta geral das massas contra o governo e os capitalistas.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

## Mais uma bomba sobre os servidores públicos

As centrais sindicais e os sindicatos vinculados ao funcionalismo estão obrigados a se posicionar contra o PLP 257. Nessa semana, a UGT realizou um ato em São Paulo, denunciando as violentas medidas contidas nesse projeto de lei. A CUT, no momento em que Dilma Rousseff enviou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar, 22 de março, recorreu ao ministro de Governo, Ricardo Berzoini, questionando esse projeto de renegociação da dívida dos estados e de duras consequências aos servidores. Segundo a CUT, o ministro se comprometeu em desmembrá-lo, retirando as medidas nocivas ao funcionalismo e o seu caráter de urgência para votação.

O objetivo de Dilma Rousseff era, por meio desse PL, atrair governadores, para conter o impeachment, naquele momento previsto a ser votado em abril na Câmara Federal. Mas diante da pressão dos sindicalistas, sua base de apoio contra a destituição, e do crescente avanço da onda em favor do impeachment, o PL ficou paralisado na Comissão do Senado.

Agora, com o governo Temer, o PL voltou à tona. O Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles e os governadores estão dando nova roupagem para ser votado imediatamente no Senado. Há um acordo em desmembrar parte do projeto, como a questão da Previdência. Temer insiste em carência de seis meses no pagamento das dívidas dos estados e os governadores querem que seja de dois anos. Mas, na essência, todos estão pelo aumento do prazo de pagamento das dívidas (por mais 20 anos), a suspensão temporária de seu pagamento e com a chamada contenção de gastos (“contrapartidas”), que envolvem “despesas” com o funcionalismo.

O limite de despesas com o pessoal é uma bomba que cai inteiramente sobre os servidores. “Desmembrar”, como dizia Ricardo Berzoini, ou “desidratar”, como diz Meirelles, as “contrapartidas” para aprovar o PL 257 não significa retirá-las. Essa é uma manobra dos governos, que usarão o período de carência para cortar salários e direitos dos servidores públicos. Está aí por que a luta tem de ser para pôr abaixo o PL 257.

O PL 257 reúne um conjunto de medidas de destruição de direitos trabalhistas e previdenciários e de avanço às privatizações. Entre elas estão: 1) a não reposição salarial (aumento de salário); 2) a não contratação de pessoal, exceto reposição nas áreas de educação, saúde e segurança que não provocam aumento de despesa; 3) a suspensão de concursos públicos; 4) a elevação das contribuições previdenciárias dos servidores (de 11% para 14%); 5) a implantação da previdência complementar nos estados que ainda não a criaram; 6) a aplicação do Programa de Demissão Voluntária (PDV) para a redução do número de servidores concursados; 7) entregar as empresas estaduais como garantia; 8) ampliar a terceirização.

O PLP 257 é uma das medidas do ajuste fiscal, visa ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Estabelece um mecanismo para que os estados continuem pagando sua dívida para com a União, que é volumosa. E apresenta como alternativas as privatizações, as terceirizações e cortes de despesas para com o funcionalismo público.

A derrubada dependerá do movimento geral do funcionalismo. Implicará manifestações nacionais, que culminem com a greve geral dos servidores públicos. Na manifestação de São Paulo, no entanto, a UGT defendeu apenas que se pressionem os deputados a votarem contra. É preciso não apenas acuar o Congresso Nacional, mas principalmente levantar o funcionalismo contra o governo federal e os governos estaduais.

**Primeiros**

## Como aproveitar em

Há que organizar imediatamente a luta dos explorados contra as medidas antinacionais e antipopulares de Temer

Nem bem Romero Jucá tomou assento no ministério do Planejamento, renunciou sob a rumorosa revelação de que tramou acalmar a ofensiva da Operação Lava Jato. Mais precisamente tramou a derrubada de Dilma Rousseff como parte da solução do problema. Sem dúvida, Michel Temer agiu na mesma linha de fritar o PT e livrar o PMDB do gigantesco escândalo de corrupção.

O envolvimento do PSDB na conversa de Jucá com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, não foi gratuito. Importantes figuras que estiveram à frente do movimento golpista, como Aécio Neves, Aloísio Nunes e Carlos Sampaio, estão na “bandeja para serem comidos”. Jucá, para aliviar ao desesperado Machado, apresentou-lhe a solução mais viável para “estancar a hemorragia”: “mudar o governo”.

Um dos pontos do pronunciamento da posse de Temer foi o de apoiar a Operação Lava Jato. Foi obrigado a iniciar sua administração com tal promessa, tamanha a evidência de que sacrificando o governo petista abria-se a possibilidade de arrefecer o escândalo de corrupção. Ocorre que as investigações e as delações premiadas já haviam percorrido um caminho que impossibilitava manter o sigilo e dissolver as denúncias contra figuras como Jucá.

Setores da burguesia e a imprensa monopolista que concorreram decisivamente para o golpe previam o perigo de se organizar, no final das contas, um governo em torno de homens carimbados. Exortaram Temer a constituir um “ministério de notáveis”. Foi uma forma de alertar sobre o perigo do golpe de Estado “dar com os burros n’água”. Não bastava destituir Dilma. Era preciso formar um governo de “unidade nacional”, ou seja, de coalizão das forças que tornaram possível o impeachment. Para isso, não seria um governo montado em torno do PMDB. O PSDB e DEM necessariamente teriam de ser fatores constitutivos e não condôminos. Uma aliança de ferro destas três forças poderia disciplinar os demais partidos que contribuíram com o golpe, sejam os amigos de primeira hora ou os adventícios. Um acordo dessa natureza implicaria que decisões estratégicas seriam tomadas em conjunto, entre elas como finalizar a Operação Lava Jato.

Ao contrário do que diz o juiz Sérgio Moro sobre a independência do judiciário e da polícia federal diante das denúncias sobre as intenções de Temer, a Lava Jato é um problema de governo e de governabilidade. A estabilização de um governo nascido da crise e de um golpe não pode conviver com investigações,

**sintomas de desagregação do governo de Temer**

# as gigantescas dificuldades dos golpistas estabelecer a governabilidade

denúncias e processos tão amplos. Estava de bom tamanho a defenestração do PT, que é burguês, mas não orgânico da burguesia, e de seu governo. Ocorre que parte das delações envolvendo o PMDB e PSDB não pode ficar oculta. Uma vez posto o trem em marcha não é possível freá-lo abruptamente. Está aí por que foi inevitável o vazamento da cavernosa conversa de Machado com Jucá, ambos do PMDB. Não faltam tontos para acreditar nas palavras de Sérgio Moro de que a justiça não tem partido.

O problema agora é saber o que vai acontecer com mais cinco ministros denunciados. O dilema do poder judicial e policial está em decidir se se sacrifica tão somente Jucá e assim se salvam os demais. O ministro Henrique Alves, por exemplo, está no bico do corvo. Vai ser poupado?

A corrupção é inerente ao Estado burguês, envolve todos os partidos da ordem. É ampla e profunda. Não é preciso muita clareza política para saber que corrupção não derruba governo. Nem falcatruas com o orçamento, nem violação de uma lei como a de “Responsabilidade Fiscal”. O que derrubou Dilma Rousseff foi sua incapacidade de levar adiante seu plano de ajuste fiscal e de resolver o déficit primário, necessário para manter solvente o Tesouro Nacional diante dos credores da dívida pública. No entanto, o silêncio sobre a ampla implicação do PMDB e PSDB é, evidentemente, importante para estancar por ora a crise política.

Temer não foi imprevidente ao entregar um ministério tão importante como o do planejamento. O certo é que não teve escolha. Romero Jucá foi um dos grandes articuladores do golpe no Senado, ao lado de Aécio Neves, Aloísio Nunes (PSDB) e Ronaldo Caiado (DEM), que conseguiu se livrar das denúncias sobre suas relações com a contravenção. Seria um absurdo atribuir à virada de Temer e PMDB a favor do impeachment simplesmente o objetivo de se safarem da Operação Lava Jato. Mas também seria uma impostura negar que este foi um importante objetivo, que reuniu por detrás o PSDB, DEM, PP, PR, etc.

Esse quadro indica que as disputas interburguesas desencadeadas pela crise de superprodução e desintegração do capitalismo não cessaram com a derrubada de Dilma Rousseff. Afinal, que importância tem a queda de Romero Jucá? Ateia fogo na esperança do PT e da Frente Brasil Popular na possibilidade de reverter a situação adversa no Senado. Distintamente da Câmara Federal, nesta “Casa” para o impeachment se tem previsto um quórum apertado.

A bandeira de “Fora Temer” e “Fica Dilma” desperta entusiasmo nas hostes petistas. De forma que o golpe seria barrado não pelo levante das massas, mas pela própria incongruência dos golpistas e incapacidade de Temer montar imediatamente um governo anticrise. Essa foi a diretriz dos governistas que vigorou durante todo o processo que concluiu com a destituição de Dilma Rousseff.

Caso o PMDB e aliados conseguissem um governo de unidade, que cessasse as disputas internas pelo poder do Estado, a finalização legislativa do golpe dentro de 180 dias estaria praticamente garantida. No entanto, os tropeços iniciais da camarilha de Temer na organização do governo puseram em dúvida se o impeachment não acabaria como vitória de Pirro. Esse é o temor de setores que estiveram desde a primeira hora pelo impeachment. E essa é a esperança do PT, que viu no tombo de Romero Jucá uma fresta de luz. Ocorre que a questão já não é se Dilma será reconduzida pelas mãos do Senado ao lugar de onde não devia ter saído, mas sim de governabilidade. Se, desde a disputa eleitoral de 2014, a instabilidade estava instalada como tendência política da crise econômica, com o processo de impeachment se firmou e avançou.

O triunfo do impeachment estabeleceu um novo marco da crise política, que assumiu a forma de uma nova etapa. Encerrou-se a experiência histórica com o reformismo petista, que concluiu como tributário do grande capital e que por ele se sacrificou diante das necessidades dos explorados e da tarefa de emancipar o País do imperialismo. Na hipótese

*A estabilização de um governo nascido da crise e de um golpe não pode conviver com investigações, denúncias e processos tão amplos.*

pouco provável de Dilma conservar a presidência, a ingovernabilidade crescerá. O PT está ciente desse prognóstico. A governabilidade petista está encerrada.

O que de fato está colocado no horizonte? Caso Temer não se afirme, a via é a de convocação de eleições. Há facções do PT e da própria aliança golpista que já anunciaram que essa possibilidade não deve ser descartada. O impeachment, evidentemente, serviu apenas para abrir caminho a uma nova reordenação das forças burguesas no Estado. Não é solução, como dissemos. Por ser, no entanto, parte dela, abre duas portas. A mais desejada e por onde se adentra, é a constituição de um governo transitório assentado em uma nova aliança e nas cinzas do PT. A outra é a da convocação de eleições presidenciais antecipadas. Se Temer superar esse primeiro baque, com apoio do grande capital e do imperialismo, poderá cumprir essa função conjunturalmente estabilizadora, mesmo que se arraste em choque com as massas. Caso contrário, colocar-se-á uma negociação em torno de eleições.

O PT não pestanejará em fazer parte de um novo conluio burguês contra os interesses da maioria explorada. E por quê? Porque o que está em primeiro plano para a burguesia, nesse caso para todas as suas frações, é restabelecer a governabilidade e a estabilidade política. Essa é uma condição para o governo levar à prática a política econômica antinacional e antipopular. Isso explica a observação de Fernando Henrique Cardoso no sentido de que Lula já foi presidente e deve saber decor que os interesses da Nação estão acima dos partidos. Em palavras verdadeiras, que os interesses da classe capitalista estão acima da Nação. O PT governou para a burguesia. De maneira que, segundo as leis da dominação, é o PT que deve à burguesia credora. Mesmo tendo sido punido com a

defenestração de seu governo, deve agir como uma oposição democrática, que significa não pretender se colocar acima da Nação.

O impeachment e o recém-formado governo golpista levaram a crise a esse ponto, segundo as relações políticas emanadas da economia e da dominação de classe. À classe operária e aos demais explorados não cabe defender a reorganização das forças burguesas e trazer de volta ao poder do Estado o governo deposto. Não é de seu interesse colocar-se sob a bandeira de “Fora Temer” e “Fica Dilma”, ou da versão preferida de setores das esquerdas de “Fora Temer” e “Eleições Gerais”. Mais precisamente, não é uma bandeira de poder classista, revolucionária. Não serve inclusive como bandeira democrática de luta contra um golpe triunfante.

As tentativas de se diferenciar da posição governista, valendo-se de variantes democratizantes, que proliferaram entre as correntes de esquerda, não fizeram senão refletir a ausência da estratégia de poder do proletariado. É comum entre distintos agrupamentos o argumento de que não estamos diante de uma situação revolucionária que justificasse a defesa de um poder próprio, portanto, da revolução proletária e da fórmula de governo operário e camponês. Sendo assim, os explorados estão fadados a se colocarem por trás da estratégia democrático-burguesa de defesa do governo Dilma ou de convocação de eleições antecipadas. Está aí por que assistimos um arco íris de bandeiras: “Não vai ter golpe”, “Fica Dilma”, “Fora todos, eleições gerais”, “Fora Temer” e “Eleições Gerais” (ou a versão mais sofisticada de “Fora Temer” e “Assembleia Nacional Constituinte Soberana”).

É compreensível que o PT e seus aliados (PCdoB, etc.) se fixassem na disputa pelo voto dos parlamentares, sob a bandeira de defesa da democracia e do Fica Dilma. Não o é, à primeira vista, que as esquerdas tenham se perdido nas variadas versões. Era de esperar que constituído o governo golpista os petistas passassem a gritar “Fora Temer”, que carrega em si a solução mágica de eleições gerais. Se se pretende ficar mais à esquerda, basta adicionar ao “Fora Temer” a convocação de uma Constituinte. Por essa via, não se pretende combater o governo golpista para derrubá-lo, mas para inviabilizá-lo, frustrar o impeachment e abrir as portas de novas eleições. Por essa vereda, no final das contas, passará toda a esquerda democratizante que rechaça a posição do POR de defesa da estratégia revolucionária do proletariado.

Se é verdadeiro que o golpe não criou uma situação revolucionária, na qual necessariamente a classe operária teria de tomar a dianteira dos embates e transformar a luta econômica da maioria oprimida em luta política aberta contra o Estado, o que, portanto, justificaria a defesa da estratégia de poder próprio, também é verdadeiro que a defesa da estratégia é fundamental para nortear o programa de reivindicações e a tática revolucionária. Somente o proletariado poderia e pode derrotar o movimento golpista e não se ater ao governo burguês de Dilma. Para isso, era preciso que a sua vanguarda desenvolvesse os combates sob a estratégia do governo operário e camponês. Ao contrário, toda dissensão

em torno do impeachment esteve sob a estratégia burguesa de poder.

Está aí por que os burgueses não tiveram nenhum embaraço em destruir maciçamente forças produtivas, fecharem cerca de quatro milhões de postos de trabalho, atacarem os salários, imporem flexibilização capitalista do trabalho e assassinares camponeses sem que houvesse qualquer resistência. Isso quando os opressores do povo se davam o luxo de derrubar um governo eleito por 54 milhões de votos. Vê-se, incontestavelmente, que a classe operária estava sendo sacrificada sob o manto da crise política, enquanto seus sindicatos e centrais se concentravam em torno do contra ou a favor do impeachment.

A esquerda democratizante se perdeu em artifícios de aparência democrática justamente por não se guiar pela estratégia da revolução proletária. Muito se fala sobre a independência de classe, mas se desconsidera ou se desconhece que essa somente se realiza sob a estratégia própria de poder. Muito se fala que a estratégia condiciona a tática, mas no momento em que a luta de classe cria as condições para defendê-la no seio das massas as esquerdas a ocultam sob bandeiras democráticas, no caso extemporâneas e fora de lugar. Bem mais claro é quem diz: vamos limitar nossa luta à defesa do governo Dilma. Diante do governo golpista diz: ainda estamos pela permanência de Dilma. Deixa, assim, evidente seu arrivismo. A evidência do arrivismo é mais sincera que a impostura das esquerdas que buscam solução da crise nas eleições ou na assembleia constituinte.

Por essas variantes, não será possível aproveitar as imensas dificuldades que já enfrenta Michel Temer. O golpe já foi dado. O governo golpista está diante dos explorados, dizendo que devem trabalhar e arcar com mais sacrifícios. As medidas anunciadas são de caráter antinacional e antipopular. É opondo-se radicalmente a elas com as reivindicações da maioria oprimida que enfrentaremos a direita burguesa que por ora assumiu o comando do Estado.

Derrubemos o plano Temer/Meirelles/Jucá unificando nacionalmente os trabalhadores como uma só força contrária à reforma da previdência, reforma trabalhista e cortes de verbas aos serviços e programas sociais; uma só força contra o retrocesso na política de assentamentos agrários; uma só força contra a repressão aos movimentos; uma só força contra as privatizações; uma só força contra o pagamento da dívida pública; uma só força contra as demissões e o desemprego; uma só força pela defesa do poder de compra dos salários. Essas são as bandeiras e tarefas do momento.

Que os sindicatos e as centrais comecem por convocar as assembleias, constituir comitês locais, regionais e nacional e estabelecer coletivamente as reivindicações e por onde começar a luta. É por esse caminho que a classe operária e os demais oprimidos expressarão sua revolta contra os exploradores e seu governo. É por esse caminho que lutarão no campo da independência de classe. É por esse caminho que se depararão com a necessidade de ter uma estratégia de poder próprio e de criar os meios para avançar rumo à revolução social. Nossa principal tarefa é organizar um movimento de frente única em defesa da vida dos explorados.

# Novos perigos da conciliação de classes

O golpe de Estado não foi contra a política de conciliação de classes do PT. Os governos petistas, a burocracia sindical e os movimentos acoplados ao lulismo passaram a ser um obstáculo à burguesia no momento em que os meios de sustentação da política de conciliação de classes se esgotaram e passaram a ser um fardo a ser removido.

Dilma Rousseff fez uma virada em aspectos da diretriz econômica no segundo mandato justamente porque se viu premiada pelo avanço da crise econômica e agravamento dos desequilíbrios fiscais. Havia prometido nas eleições que conservaria os programas de distribuição de renda e não violaria os direitos trabalhistas e previdenciários. O Plano Levy desfez a promessa eleitoral que serviu para derrotar o candidato da oposição Aécio Neves.

A virada na política econômica foi um imperativo de governabilidade. O grande capital e o imperialismo deixaram claro que as ações de Dilma Rousseff no primeiro mandato, para evitar a recessão e consequentemente as demissões em massa, caíram por terra. A via de contenção dos preços administrados, os subsídios à energia, a renúncia de impostos, o favorecimento financeiro a determinados grupos industriais, a manutenção da valorização do salário mínimo acima da inflação, a garantia de dispêndio com os programas sociais e o alto endividamento da população chegaram à borda do precipício.

A medida da possibilidade de sobrevivência da política econômica é dada pela sustentabilidade da gigantesca dívida pública. Essa é a questão de fundo da crise. A passagem do superávit primário para o déficit crescente colocou em xeque a orientação econômico-administrativa do governo petista. Apesar do empenho de Dilma em favorecer setores do grande capital com alta carga de subsídios e o cuidado em não realizar uma abrupta inversão em suas medidas distributivas, a recessão ganhou terreno. Os imensos recursos destinados à indústria, construção civil e a agroindústria mais serviram para proteger a lucratividade do que para sustentar o crescimento e os empregos.

Distintamente do que se passou no final do último mandato de Lula, os instrumentos de política “anticíclica” se desmontaram diante da marcha da crise do capitalismo, que se manifesta em escala mundial. Os acontecimentos mostraram e continuam a mostrar que a recessão é determinada em última instância pelas leis econômicas e sociais de funcionamento do capitalismo. Trata-se da contradição entre o modo de produção e o modo de circulação; entre as forças produtivas e as relações de produção. O mercado deixou de se expandir na medida do necessário para realizar a alta capacidade de produção. O governo petista se viu diante de uma brutal redução de investimentos e do esgotamento das possibilidades de endividamento da população. Nessas condições, já não tinha como manejar os recursos do Tesouro Nacional e assim sua política econômica entrou em colapso. A oposição burguesa direitista caracterizou o impasse das respostas do governo petista à irresponsabilidade e incompetência do “populismo econômico”.

A persistência da recessão e as demissões em massa se en-

carregaram de comprometer a popularidade do governo. As possibilidades materiais e sociais para prosseguir com a política de colaboração de classes desapareceram. As condições para a derrubada do governo petista por meio do impeachment se completaram nos meses de abril e maio.

O governo golpista de Michel Temer espera que até julho o Senado desligue os aparelhos da UTI e o governo de Dilma possa descansar em paz. Está claro que a derrocada da presidente é fato consumado. No entanto, o governo de transição não se firmou. Apresentou um plano antinacional e antipopular radical, que, se aplicado, resultará no completo triunfo do capital financeiro. A dívida pública deve ser reequacionada a qualquer custo. Temer montou uma equipe econômica afinada com esse pressuposto.

O problema está em que não basta ter um plano de contenção de gastos, privatizações, reforma da CLT e da Previdência Social, aumento de impostos, abertura do mercado, etc. para que a economia volte ao equilíbrio; e a governabilidade se estabilize. As forças sociais em choque, mais ou menos abertas, terão ainda de se acomodar ao novo governo. Nestes vinte dias de existência, dois ministros caíram como parte das incursões da Operação Lava Jato nas hostes da política burguesa. Sem dúvida, o mais emblemático foi o tombo do ministro do Planejamento, Romero Jucá, homem forte da camarilha do PMDB e de Temer. As revelações da conversa do ministro da Transparência, Fabiano Silveira, sobre a necessidade de frear a Lava Jato foi mais um flanco aberto pela crise política. Seis ministros de Temer estão implicados no esquema de corrupção - dois foram defenestrados.

A entrega da liderança do Senado a Aloísio Nunes procura cobrir a fragilidade do governo usurpador com o concurso do PSDB. O noticiário lembrou que esse crápula responde a um inquérito no Supremo Tribunal Federal por utilizar o esquema das empreiteiras para fazer caixa 2 de campanha eleitoral. Tais ocorrências alimentaram a esperança de setores petistas sobre a possibilidade de o impeachment ser bloqueado no Senado. Também preocuparam o presidente golpista que sabe perfeitamente que está diante de turbulências que não se dissiparam. Aloísio Nunes justificou a aceitação do cargo de liderança devido à batalha que trava no Senado para a consecução do impeachment. É claro que se autovalorizou com tal justificativa, mas há o temor dos caminhos imprevisíveis que a crise política cria independente das ações dos partidos que agora manejam o poder do Estado.

É importante assinalar esse momento em que o governo golpista ainda não se consolidou e trabalha para que o processo da crise não o inviabilize prematuramente. Não há interesse da burguesia e do imperialismo que Temer naufrague. Sua estabilização será a prova de que o impeachment foi uma medida de emergência e que tudo transcorreu nos moldes da democracia. Ao contrário, o seu fracasso servirá de atestado em favor da tese do golpe de Estado. Enquanto os efeitos da crise política, da qual faz parte a Operação Lava Jato e na qual ainda tem um lugar de destaque, estiverem contidos nas quatro paredes do Palácio do Planalto, os riscos a Temer não são tão grandes. A desgraça de alguns ministros acabará servin-

do ao governo que tem como se justificar com do quadro de emergência e das injunções políticas do momento.

A Lava Jato precisa definir um término. A estabilização de Temer muito contribuiria para que o juiz Sérgio Moro cumprisse a meta de sua finalização em dezembro. Como nada está claro, não há como interromper as investigações já em curso e enterrar a Lava Jato como parte do processo de golpe de Estado. Haverá, sem dúvida, uma contraofensiva dos partidos oligárquicos e grupos econômicos para que o Ministério Público e a Polícia Federal não levem sua independência a um extremo maior do que já alcançou. As gravações de conversas nesse sentido entre grandes figuras do PMDB revelaram o desespero de homens que expressam setores da oligarquia regional. Esse é um problema espinhoso que o governo golpista e setores da burguesia terão de resolver por meio de um acordo.

Sabe-se que essa extraordinária operação orquestrada pelo MP e PF envolve poderosos interesses econômicos. A nova revelação envolvendo o Banco Bradesco indica que a corrupção de Estado é um poço sem fundo. As delações premiadas tomaram tamanha proporção que se tornou impraticável limitar a Lava Jato à cassação do PT e de seu governo. A Petrobrás e os recursos petrolíferos sempre estiveram na mira do capital financeiro e das multinacionais. Pertencem a esse complexo as poderosas empreiteiras de capital nacional. O setor de infraestrutura é um campo aberto para os negócios dos grandes grupos econômicos.

No fundo desse tormentoso conflito, há uma guerra econômica potencializada pela crise de superprodução. O PT e seu governo foram arrastados pelos choques interburgueses como um pequeno barco no maremoto e mostraram sua insignificância para a oligarquia burguesa. O que não quer dizer que não mais lhe servirá. Por não ser um partido orgânico da classe capitalista, sua função foi a de desenvolver a política de conciliação de classes. A sua queda por meio de um golpe – provavelmente seria derrotado nas próximas eleições – poderá lhe dar algum fôlego diante das massas que não reconhecerão o governo golpista de Temer. Voltará a ser a principal força da oposição. O que provavelmente reestruturará a política de conciliação de classes. No momento, bate o pé na afirmação que não reconhece o “governo ilegítimo”.

Caso o governo Temer reúna o apoio das principais frações da burguesia, a maior probabilidade é que se adapte. As pressões para que essa via prevaleça já são visíveis. Manifestam-se na presença da Força Sindical no governo golpista. E na tentativa dessa fração burocrática de usar o comando do corrupto José Rainha para fazer um contraponto a João Pedro Stédile, do MST. As dificuldades de Temer em aprovar e implantar as medidas mais contundentes já apareceram. O risco de ter de enfrentar as massas nas ruas assombra os golpistas. A meta é equilibrar o governo até 2018. Se for correta a previsão de que em 2017 a economia iniciará um movimento ascendente, os ventos estarão a seu favor.

A situação para os explorados está insuportável. O desemprego os atingiu brutalmente sem que os sindicatos se colo-

cassem em sua defesa. É preciso reverter essa situação. O que exige combater o governo golpista com determinação. A CUT jurou que não participará das negociações em torno da reforma da Previdência. A resolução de sua executiva nacional, aprovada em fins de maio, coloca a tarefa de “construir a greve geral”. Caso levasse a sério a organização de um movimento nacional, a CUT estaria rompendo com sua subordinação à política burguesa do PT. Ao expressar as tendências de luta das massas, se chocaria frontalmente com o governo de Temer e com a nova aliança de poder montada pelo PMDB e PSDB.

Notamos, porém, que o cronograma da construção da greve geral segue o cronograma da decisão final do impeachment pelo Senado. É justo que a vanguarda e a própria classe operária desconfiem da seriedade desse propósito. O predomínio da política de conciliação de classes tem custado caro aos explorados. Ao não reagir prontamente às demissões e aos ataques aos direitos sociais, os sindicatos colaboraram com a ofensiva da classe capitalista, deixando o campo aberto para que destruíssem postos de trabalho. Há algum tempo as massas vêm procurando uma resposta à piora das condições de vida, mas não encontraram uma direção que centralizasse a luta em torno de claras reivindicações.

Os gritos de desconhecimento do “governo ilegítimo” são expressão típica da política burguesa de conciliação de classes. Como o impeachment ainda depende da formalização e o governo golpista apenas se inicia, não nos permitem um claro diagnóstico. Mas há alguns sintomas que devem ser levados em consideração. Um deles foi a realização de uma reunião de dirigentes da CUT com a Força Sindical e com o golpista Paulinho para discutirem como participar na reforma da Previdência. Embora não se tenha notícia de qualquer compromisso firmado, o simples fato de concorrer a uma reunião com os golpistas a serviço de Temer não é próprio de uma direção que se diz empenhada em construir a greve geral. Outra notícia foi a declaração do deputado Orlando Silva (PCdoB) “de que é preciso fazer oposição inteligente no Congresso” e evitar se fazer a “oposição a qualquer custo”. Está aí o sinal de que o primeiro embate em torno da revisão da meta fiscal encaminhado por Temer em que PT e PCdoB exerceram a obstrução não será regra, mas sim exceção.

É bem possível que a aliança dos partidos contrários ao golpe e que estiveram na base do governo se rompa. O PDT, assim como o PCdoB, deu a entender que chegou a hora de cessar as relações que os colocaram a reboque do PT. Cada um por si vai procurar um lugar ao sol sob o governo golpista. Esse é o destino dos reformistas e colaboracionistas. Os novos perigos da conciliação de classes dizem respeito à possível capitulação do PT diante do governo Temer, que será de ataque frontal à vida das massas e de proteção ao capital financeiro. A defesa das reivindicações dos explorados e o combate às reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista traçará, nesta nova etapa da crise, uma linha divisória entre o sindicalismo colaboracionista e o sindicalismo revolucionário.

*Caso levasse a sério a organização de um movimento nacional, a CUT estaria rompendo com sua subordinação à política burguesa do PT. Ao expressar as tendências de luta das massas, se chocaria frontalmente com o governo de Temer e com a nova aliança de poder montada pelo PMDB e PSDB.*



# O que há de seriedade na resolução da CUT sobre a greve geral?

A resolução de 24 de maio intitulada “Construir a greve geral para barrar o golpe” foi a forma encontrada pela burocracia cutista para atrair uma parcela da classe operária e demais explorados a se movimentarem contra a destituição definitiva de Dilma Rousseff. Assim, chama os sindicatos e movimentos a convocarem assembleias sindicais, plenárias estaduais até o final de junho e a realizarem uma reunião ampliada da direção nacional na primeira quinzena de julho para avaliar o processo e deliberar sobre a greve. Para isso, traz as seguintes recomendações: “Nesses espaços e momentos de construção da greve geral, as entidades devem discutir com suas bases as medidas do governo golpista contra os direitos dos trabalhadores – arrocho salarial, a terceirização irrestrita, as demissões e precarização das condições de trabalho nos serviços públicos, a prevalência do negociado sobre o legislado, ou outras formas de contratação de trabalhadores diferentes da CLT, a alteração nas políticas destinadas à agricultura, entre outras medidas que afetam diretamente o conjunto ou parte da classe trabalhadora”. (...) “Na preparação da greve geral, a CUT deve promover a unificação das campanhas salariais do segundo semestre em defesa do emprego, dos salários, de melhores condições de trabalho, aproveitando este movimento de enorme mobilização para fazer também o enfrentamento ao governo golpista”. (...) “A CUT reafirma sua posição contrária à proposta de reforma da previdência, anunciada pelo governo golpista de Temer, não proporá qualquer emenda à mesma e trabalhará pela mais ampla unidade do movimento sindical para barrá-la”.

Um calendário para preparar uma verdadeira greve geral é fundamental. Se há seriedade na defesa das reivindicações dos trabalhadores, a CUT deve convocar urgentemente as demais centrais para constituir uma frente única de defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas e previdenciários. Se há seriedade na organização da greve geral, é preciso que os sindicatos promovam as assembleias com a mais ampla democracia, para que todas as posições que intervêm no movimento possam se expressar livremente. Se há seriedade na aplicação da resolução, o Dia Nacional de Luta e Paralisações, que está previsto para o dia 10 de junho, deve se constituir numa importante ação para viabilizar a greve geral. Se há seriedade com a realização de uma poderosa greve geral, a manifestação dos metalúrgicos do ABC, que reuniu os metalúrgicos das montadoras, deveria ter culminado com a convocação da assembleia geral dos operários do ABC, que aprovasse o fim da política de flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, PPE, PDV, etc), para abrir o caminho em favor da preparação da greve nacional. Se há seriedade na realização da greve geral, a CUT precisa ganhar confiança da maioria explorada de que o movimento não está submetido ao calendário de votação no Senado do impeachment de Dilma Rousseff. Se há seriedade na utilização do método da greve política para derrotar as medidas do governo golpista de Temer, é preciso que os sindicatos e movimentos constituam a frente única nacional em defesa dos empregos, salários e direitos.

Até o presente momento, não é o que se passa. As manifes-

tações contra as demissões estão fragmentadas e sob a política aparelhista dos sindicatos. A ocupação na Karmann-Ghia está limitada à solidariedade de alimentos. A Apeoesp, o maior sindicato cutista, suspendeu as assembleias da campanha salarial. As greves dos professores no Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul estão se batendo isoladamente. As greves nas universidades, USP, Unicamp, etc, estão restritas aos campi. Os movimentos por moradia continuam ocupando prédios e bloqueando avenidas, mas divididos pelas direções corporativas. Essa situação tem de ser modificada para que a greve geral seja uma decisão coletiva da classe operária e demais oprimidos.

É preciso dizer, também, que o interesse da direção cutista em divulgar o calendário para a greve geral visa a pressão parlamentar contra o impeachment. Não por acaso, o encontro de sindicalistas realizado em Brasília, no dia 2 de junho, contou com o discurso da senadora petista Gleisi Hoffman, que elogiou a CUT pela sua política de defesa da “democracia”, que se traduz na bandeira do “Volta Dilma”. Mas foi mais longe afirmando: “Desde que começamos a discutir o processo de impeachment, são vocês e os movimentos sociais que estão nas ruas. Hoje vemos muitos senadores com vergonha e arrependidos de seus votos, acredito que temos condições de reverter essa situação, mas isso só foi e será possível com a força de vocês”.

O POR, que denunciou as centrais sindicais por fecharem os olhos diante das demissões massivas e se prenderem às disputas interburguesa em torno do impeachment de Dilma Rousseff e que defendeu a constituição de uma frente única sindical em defesa dos empregos, salários e direitos, vê, infelizmente, na resolução da CUT sobre a greve geral uma manobra. Por isso, o POR chama a vanguarda a exigir da CUT uma real campanha contra as medidas antinacional, antioperária e antipopular de Temer, que objetiva a constituição de uma situação que possibilite uma verdadeira greve geral. Chama a vanguarda a se colocar pela independência de classe diante das disputas interburguesas e a confiar unicamente nos métodos próprios do proletariado para enfrentar o governo golpista de Temer.

**Curso de formação política do POR**

**Fundamentos do Socialismo Científico - Parte III**

Estudo coletivo da obra de Karl Marx:

**Teses sobre Feuerbach (1845)**



**Domingo, 05/06, 15h**

Rua Silveira Martins, 72 – 3º andar - Praça da Sé

**Participe do curso de formação política permanente do POR: todo primeiro domingo do mês, há 25 anos. No momento, estamos estudando os fundamentos do Socialismo Científico, em particular o materialismo dialético.**

## Debate na PUC sobre a crise política nacional

A Associação dos Professores da PUC-SP promoveu um debate intitulado “Partidos de esquerda na conjuntura”, no dia 23 de maio. Compuseram a mesa representantes do POR, PCB, PCO, MRT e PSOL (com dois de seus agrupamentos internos, MES e Insurgência). O PSTU foi convidado, havia confirmado presença, mas não compareceu.

A ordem das apresentações foi decidida por sorteio. Após uma breve abertura feita pela mediadora do debate, iniciaram as exposições:

1) POR: o expositor lembrou do último debate desta natureza promovido pela Associação, sobre as eleições, e o fez para trazer à tona uma tese defendida pelo partido à época: que pela via eleitoral só poderia emergir um governo burguês. Pôs em relevo essa colocação para demonstrar que o golpe institucional derrubou não um “governo democrático-popular”, e sim o governo burguês de Dilma Rousseff-PT. A definição também serviu para levantar o problema de que esteve ausente uma saída de independência de classe para os oprimidos, que concluíram arrastados por uma das frações burguesas em disputa. De acordo com o expositor do POR, o impeachment devia ser caracterizado como golpe em função de ferir o princípio democrático da revogabilidade dos mandatos. Mostrou como a luta democrática deve se constituir num instrumento de combate pela revolução proletária. E que ocultar a estratégia no curso da luta contra o golpe seria um suicídio político.

Em seguida, apontou o fracasso histórico do reformismo petista e a sua inconsequência em relação à defesa do próprio governo. Não se derrotou um golpe mantendo-se subordinado a via institucional. E o mais grave: durante todo o processo de impeachment, nenhuma resposta foi dada frente às demissões, retirada de direitos etc. Essa responsabilidade recai particularmente sobre o PT, pois dirige os principais movimentos de massa (CUT, UNE, MST etc.). Após apontar que essa tarefa permanecia de pé com o governo golpista de Temer, fez a defesa da constituição de uma frente única sindical nacional para lutar pelas reivindicações dos explorados, com independência de classe e com o método da ação direta. No tempo que lhe restava, criticou a bandeira de antecipação das eleições gerais como um mecanismo de reordenamento das forças burguesas, legitimando um novo governo resultado do golpe institucional. Concluiu ressaltando a importância da estratégia revolucionária e o fato do POR ter realizado uma campanha própria sob a bandeira do governo operário e camponês.

2) PCO: iniciou sua apresentação de forma provocativa, dizendo que não se tratava de “tirar uma casquinha” das outras tendências, e sim que o debate deveria servir para apontar as tendências da situação política. afirmou que as esquerdas não enxergaram o golpe, o qual teria alcance internacional, fazendo parte de uma ofensiva geral do capital. E que o fundamental seria a defesa dos interesses da classe trabalhadora, que na situação implicava a derrota do golpe e a manutenção do governo de Dilma Rousseff. Citou Trotsky, indicando a proposta de aliança com a socialdemocracia contra o fascismo. Denunciou as eleições gerais como forma de referendar o golpe e afirmou que a única perspectiva seria a da mobilização, da construção de uma greve geral. Defendeu a consigna de “Fora todos os golpistas”, defesa dos direitos democráticos, entre outras.

3) PCB: colocou a necessidade de articular forças pelo “Fora Temer” e fez uma explanação sobre o que considera uma situação de relação de forças desfavorável. Disse que o PT fortaleceu as balizas da autocracia burguesa. Firmou a posição do partido contra o impeachment, indicando que era favorável a que concluísse a experiência

das massas com o PT em 2018. Apontou a necessidade de conformação de um “bloco de lutas”, opinou contra a bandeira de antecipação das eleições gerais e concluiu com a ideia da construção do Poder Popular, como primeiro passo para a revolução.

4) MRT: afirmou que uma organização que não se posiciona contra o impeachment não merece o nome de esquerda. Apontou como o PT não servia mais à burguesia e que abriu espaço para a direita. Disse que o PT demonstrou ter mais medo da luta de classes do que dos golpistas. Criticou a bandeira de “Fora todos” do PSTU por conciliar com o “Fora Dilma” da direita. Também questionou a consigna do MES-PSOL de “Lava Jato até o final”, que conduzia ao fortalecimento da Polícia Federal etc., comprometendo a independência de classe. Sua opinião era de que ambas as propostas, do PSTU e do MES, retiravam da classe operária a condição de “sujeito político”. Que ambas as posições culminavam numa saída institucional, que eram as eleições. Encerrou defendendo a bandeira de “Assembleia constituinte, imposta pela mobilização”.

5) Insurgência – PSOL: caracterizou o novo governo como golpista, dando origem a um retrocesso profundo. Apontou a retomada do MinC como uma primeira vitória das forças de esquerda. Situou as atuais medidas de Temer afirmando que a ideia de um plano de ajuste fragmentado estava superada e que a burguesia se unificava ao redor da nova orientação, de um plano mais amplo de reformas. Disse que a chave para a situação estava na própria história do PT, em não repetir sua linha de confiança na institucionalidade, sua política de alianças. Defendeu que era necessário um pacto na esquerda, reconstituir os laços com a classe trabalhadora e retomou a importância da bandeira de “Fora Temer”. Justificou a opção pelas “Eleições gerais” como uma tática, na medida em que permitia ao povo avançar na constituição como sujeito político. Encerrou indicando a tarefa de constituir um “Bloco histórico de esquerda” e de recolocar o socialismo como alternativa.

6) MES – PSOL: iniciou afirmando que o “Fora Temer” era insuficiente para a situação. Lembrou que o PT se aliou aos setores mais conservadores da política nacional, atacou os trabalhadores. Defendeu que as jornadas de junho de 2013 revelaram que o PT não controla mais os movimentos de massas. afirmou que a antecipação das eleições gerais aprofundaria o desgaste do sistema político. Concluiu criticando a operação Lava Jato apenas pela sua seletividade.

### Conclusão

Observa-se que à exceção do POR, as distintas correntes não se referiram à estratégia revolucionária. O pressuposto dominante é que nas condições em que não esteja colocada a revolução socialista, trata-se de ater às bandeiras democráticas (“Fora Temer”, “Eleições Gerais” ou “Assembleia Nacional Constituinte”). O POR, ao contrário, insistiu que qualquer que seja a reivindicação democrática deve estar subordinada à estratégia de poder próprio da classe operária. Verificou-se que entre as correntes havia três posições demarcadas. Aqueles que estavam pela constituinte e contra o impeachment, aqueles que estavam pelo Fora Temer e eleições gerais e o POR que estava contra o golpe e na defesa da estratégia do governo operário e camponês.

Nota-se, também, que nenhuma das correntes se aventurou a responder à crítica do POR de que as disputas interburguesa em torno do impeachment serviram para desviar a luta da classe operária contra as demissões, o confisco inflacionário dos salários e aos ataques aos direitos trabalhistas. Também não se pronunciaram pela defesa do POR de que a situação exigia a constituição de uma frente única nacional contra o governo golpista e em defesa das reivindicações das massas.

# A estratégia do proletariado diante da crise política e do golpe de Estado

É diante dos grandes acontecimentos que a política dos partidos que se reivindicam do socialismo se evidencia sem anteparos. Começamos por verificar que estratégia dirigiu as várias posições no transcurso do impeachment e agora como se expressam diante do governo golpista. Observamos que há um desprezo das esquerdas em geral a tal questão.

É necessário ou não a defesa e o desenvolvimento no seio dos explorados da estratégia revolucionária? Ao que tudo indica, essa pergunta não foi motivo de preocupação e exigência entre as distintas posições dos “socialistas” diante do movimento que concluiu com a derrubada de Dilma Rousseff e subida do vice-presidente Michel Temer. No entanto, foram apresentadas bandeiras de caráter estratégico, como “Fica Dilma”, “Defesa da Democracia”, “Fora Todos”, “Eleições Gerais”, “Constituinte Soberana”. Com o triunfo do impeachment, surgiram novas versões: “Fora Temer” e “Fica Dilma”, “Fora Temer” e “Eleições Gerais”, “Fora Temer” e “Constituinte Soberana”, ou “Fica Dilma” e “Constituinte Soberana”.

Em linhas gerais, os partidos e frações partidárias (o PSOL abriga mais de uma dessas bandeiras) atuaram sob uma dessas formulações, à exceção do POR que rechaçou todas elas e fez a defesa do poder próprio do proletariado e da maioria nacional oprimida. Há algum aspecto em comum? Sim, há um aspecto fundamental que as vinculam e as unem: são bandeiras da democracia burguesa, sustentadas por uma política democratizante.

Antes é preciso considerar também o que há de incomum. A consigna de “Fica Dilma”, “Defesa da Democracia” e “Não Vai Ter Golpe” marcou a linha do PT e da Frente Brasil Popular. Sob ela, reuniram-se partidos, correntes de esquerda e sindicalistas, não petistas. A essência dessa estratégia consistiu na defesa do governo burguês de Dilma Rousseff. Tratava-se não somente de derrotar a direita e conservar o poder. O pressuposto era o de que a democracia, assim, estaria assegurada.

A posição democratizante que destoou do governismo foi a de “Fora Todos” e “Eleições Gerais”, representada pelo PSTU. Essa formulação supunha um levante das massas que derrubasse o governo do PT, derrotasse a direita e concluísse com a convocação de eleições para presidente e congresso, o que poderia incluir governadores e prefeitos. Agregada às eleições gerais, vinha a estratégia de “revolução socialista”, “governo dos trabalhadores” e “conselhos populares”.

A fórmula de “Fora Todos” e “Eleições Gerais” está de acordo com o que pensa a corrente morenista-centrista sobre a revolução democrática e a revolução socialista. Derrubar o governo, quebrar o espinhaço da direita burguesa e convocar eleições gerais seria uma revolução democrática, que estabelecería as condições para uma futura revolução socialista. Não é preciso exigir explicação e clareza sobre tamanha revolta popular que acabaria por convocar eleições gerais porque não existe. Mas evidentemente surgem as perguntas: quem convo-

caria as eleições gerais? Que classe social estaria à frente de tal convocação? Certamente, o PSTU morenista não tem necessidade de explicar, basta a consigna em si. Para justificar o “Fora Todos” contrariou a realidade com a contestação de que não havia um golpe de Estado, bastando apenas dizer que se tratava de uma disputa interburguesa. Estamos diante de uma estapafúrdia bandeira oportunista, mesclada de ultraesquerdismo. A estratégia de revolução socialista, portanto, é para “inglês ver”. Como Dilma Rousseff caiu, os morenistas adaptaram o “Fora Todos” para “Fora Temer! Eleições Gerais Já!”

Embora a CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU, seja minoritária, fez o contraponto entre o governismo da CUT e o golpismo da Força Sindical. Infelizmente, a orientação democratizante do PSTU impossibilitou que a CSP-Conlutas ocupasse um lugar na luta pela independência de classe dos explorados. Com a bandeira de “Fora Temer! Eleições Gerais, Já!” se mostra desorientada diante do governo golpista.

O MRT, uma variante do morenismo, descobriu na última hora que deveria se colocar sob as asas da CUT. Levou consigo a bandeira de Constituinte Soberana. Encontrou-se com PCO que já havia tomado assento antecipadamente. Ocorre que a esquerda oportunista pode fazer variações na bandeira sem, contudo, variar o conteúdo democratizante pequeno-burguês.

PCO não aceita o “Fora Temer” e “Eleições Gerais”. Advoga por uma greve geral que culmine com a convocação de uma assembleia nacional constituinte. Essa pretensão subjetiva uniu o MRT a PCO. Mas PCO antes de tudo mantém a posição de volta Dilma. O MRT, por seu turno, quer passar longe dessa possibilidade.

O PSTU quer uma greve geral para impor eleições gerais. PCO e MRT a querem para a pretensa assembleia nacional constituinte. A estratégia democratizante preside as três correntes que se reivindicam do socialismo. Distinguem-se: PCO empenha-se pelo Fica Dilma e Constituinte; PSTU advoga o Fora Todos e Eleições Gerais; MRT está por nenhum apoio ao governo e pela Constituinte. E todos estão pela greve geral. Impressionante polifonia sobre uma nota só. Oportunistas na estratégia; esquerdistas no método de ação.

A direção nacional do PT, em sua “Resolução de Conjuntura (17/5), optou pela palavra de ordem “Não ao golpe, fora Temer”. Sabe-se, porém, que em suas hostes se discute a via das eleições presidenciais. As dificuldades de Temer pôr em pé seu governo golpista e a pequena margem a favor da finalização do impeachment no Senado balizaram a resolução do PT. PCO perdeu o chão. Está com a primeira parte da resolução do PT (“Não ao golpe”), mas não com a segunda (“Fora Temer”). Assim, esquerdiza a linha democratizante e arrivista: Não ao golpe, Assembleia Nacional Constituinte e Greve Geral.

É evidente que todos sabem que agora a questão não é da volta de Dilma à presidência. De fato, seu governo acabou. Se o mais improvável vier a ocorrer, que seria o Senado votar contra

*Não se pode, portanto, desvincular as respostas e bandeiras das condições da luta de classes. As massas não estavam e não estão à procura de novas eleições ou de qualquer outra bandeira de poder democrático-burguês.*

o desligamento definitivo de Dilma Rousseff, tudo está encaminhado para se montar um acordo de antecipação das eleições. Está claro que não há ninguém entre os vencedores que avenge retroceder no golpe. Todo esforço será feito para que o caso Romero Jucá e outros que porventura venham a explodir não desmoronem Temer e não comprometam o resultado no Senado.

A importância de se identificarem essas variantes da crise de governabilidade e de regime político está em combater no campo da independência política e organizativa da classe operária. A etapa da crise pós-impeachment consiste no movimento que farão as forças da burguesia para estabilizar um novo governo. É bem provável que Temer arraste consigo as contradições que abateram a administração do PT e trabalhe por reunir as condições de cumprimento da transição até as eleições de 2018.

A força que decidirá o caminho da crise política é a da classe operária e da maioria oprimida. A sua passividade diante da ofensiva golpista, em se tratando da maioria, permitiu que a burguesia realinhasse suas forças contra o governo petista. A direita viu sua capacidade se potenciar com a projeção da classe média que ganhou as ruas em todo o País. Os governistas, em contrapartida, não tiveram como fazer de suas mobilizações uma poderosa força devido ao descontentamento das massas e à enorme desconfiança da classe operária diante do governo de Dilma Rousseff.

A CUT e CTB foram incapazes de levantar o proletariado contra o golpe de Estado. Nas fábricas, nas construções, nos transportes, nos campos, etc., os explorados foram neutralizados não apenas pela campanha de desmoralização dos petistas, mas também, e principalmente, pela política antipopular e antinacional de Dilma Rousseff. Não se pode, portanto, desvincular as respostas e bandeiras das condições da luta de classes. As massas não estavam e não estão à procura de novas eleições ou de qualquer outra bandeira de poder democrático-burguês.

Por onde passará o movimento operário, camponês e popular? As esquerdas autointituladas de socialistas acreditam que as massas se levantarão em uma greve geral por eleições gerais ou mais radicalmente por uma constituinte. Se observassem a realidade com um pouco de critério, veriam que o golpe triunfou justamente porque a maioria oprimida não se animou a defender o governo petista. Não desconheceu os acontecimentos, mas não viu motivos para se lançar à luta. Notem que estamos nos referindo à maioria oprimida, da qual o proletariado é parte considerável. A CUT e a Frente Brasil Popular realizaram importantes comícios de massa contrários ao golpe, mas que não serviram de canais para um levante da maioria. Foi um indicador que os explorados estavam premidos por motivos distintos e alheios à disputa interburguesa pelo poder do Estado. Esses motivos permanecem e são as alavancas da luta das massas.

O POR insistiu que a via para “quebrar a espinha dorsal do golpismo” era a da organização de um movimento nacional de frente única contra as demissões em massa, a dilapidação do valor de compra dos salários, a destruição de direitos sociais, o retrocesso nos assentamentos agrários, o agravamento do problema da moradia, saúde e educação. Estava colocada a tarefa de vincular as necessidades materiais das massas com a luta po-

lítica, ou seja, com a estratégia revolucionária. Somente assim a classe operária veria com clareza que o golpe consistia em uma mudança no poder da burguesia para implantar medidas antipopulares e antinacionais mais amplas e profundas que as de Dilma Rousseff. Veria que por trás dos partidos golpistas estavam os mesmos capitalistas que fechavam postos de trabalho a rodo, reduziam os salários e exigiam a “flexibilização” das relações trabalhistas, que consistia e consiste na liquidação de antigos direitos sociais. E somente assim os explorados entenderiam que os golpistas cassavam com o impeachment os 54 milhões de votos que elegeram Dilma Rousseff, poderiam lutar pela consigna democrática de que somente quem elegeu pode destituir o eleito e afirmar o princípio da revogabilidade do mandato. A CUT, PT e toda esquerda, no entanto, desconhecera essa via e bailaram na rabeira do trio elétrico do movimento burguês, exibindo um festival de bandeiras do “Fica Dilma” ao “Fora Todos”.

Essa via permanece. É preciso manter a rejeição à estratégia pequeno-burguesa democratizante. O governo de Temer nasceu da crise e na crise permanecerá. Se a classe operária não se levantar por suas necessidades e reivindicações, o governo golpista cumprirá seu objetivo de expulsar o PT do poder e criar as condições políticas para impor o plano draconiano. As massas somente poderão se colocar sob a bandeira revolucionária de “Abaixo Temer” (e não sob a bandeira eleitoral-oportunista de Fora Temer) caso se coloquem em movimento em seu terreno próprio de luta. A vanguarda precisa fazer um balanço sobre o oportunismo e o democratismo das esquerdas “socialistas”. Um balanço que conduza à luta pela organização dos explorados no campo da independência de classe.

O POR não se colocou sob o guarda chuva de nenhuma das bandeiras arrivistas e oportunistas. Lutou contra o golpe com a estratégia de poder do proletariado – a revolução e ditadura proletárias, o governo operário e camponês. Não faltou quem, a boca pequena, nos acusasse de principismo abstrato, de sectarismo e de transformar o marxismo em dogma. Evidentemente, desconhece-se a linha geral do partido e suas análises sobre a crise. Obscurece-se que o POR fez a campanha sistemática contra o golpe mostrando que o impeachment consistia na revogação ditatorial do voto popular que elegeram Dilma Rousseff. A bandeira do POR foi “Abaixo o golpe!”. “Somente quem elege pode destituir o eleito!” Desenvolveu a luta democrática, porém, subordinada à consigna de que a classe operária luta pelo seu próprio poder, que se sintetiza na fórmula de governo operário e camponês. Nesse sentido, opôs-se à política oportunista dos “socialistas”, que fazem o contrário, subordinando a “revolução socialista” à estratégia democrática.

Se é verdade que não estão dadas as condições para a revolução proletária que colocaria na ordem do dia a luta por um governo operário e camponês, também é verdade que diante da crise de regime da burguesia e de um golpe de Estado, o partido está obrigado a lutar sob a estratégia revolucionária. É sob sua orientação que a luta democrática do proletariado contra a burguesia serve para amadurecer as condições para a revolução social e elevar a consciência socialista das massas.

***As massas  
somente poderão  
se colocar  
sob a bandeira  
revolucionária de  
“Abaixo Temer” (e  
não sob a bandeira  
eleitoral-  
oportunistica de Fora  
Temer) caso se  
coloquem em  
movimento em seu  
terreno próprio de  
luta.***

# Ato em São Paulo contra o estupro

No dia 2 de junho, ocorreu em São Paulo o ato convocado pelas redes sociais sob o lema: “30 contra todas”. Foi motivado pelo estupro coletivo cometido à jovem de 16 anos, no Rio de Janeiro. Participaram vários movimentos feministas, como “#Mulheres Mobilizadas”, “#Ocupe a Democracia” e correntes políticas, Mulheres em Luta (PSTU), Pão e Rosas (MRT). O POR compareceu com o Manifesto “Lutemos pela real emancipação das mulheres”. O ato esteve sob a posição: “Chegou a hora de vencer o machismo e a cultura do estupro de uma vez por todas”. Assim, as palavras de ordem que prevaleceram foram: “liberdade de usar a roupa que quisermos”; “de estar nos locais que escolhermos”; “nem uma a mais”; “os machistas não passarão”; “ser mulher sem Temer”; “basta de violência machista”; “o machismo mata”; “Punição aos estupradores”.

Durante o ato, os movimentos feministas realizaram jograis e encenações, pintaram camisetas e cartazes. Não havia carro de som para que as correntes políticas e movimentos pudessem fazer suas colocações. Diferentemente do que poderia aparecer, havia sim uma orientação política dos coletivos femi-

nistas e ONGs que dava o conteúdo e a forma de organização, que era a da defesa de que “o meu corpo me pertence” e de “punição severa aos machistas”. As denúncias contra as medidas de Temer eram intercaladas com a palavra de ordem: “Fora Temer”. Ou, “os golpistas praticam a cultura do estupro”, acompanhadas pelo “Fora Cunha”.

A manifestação seguiu pela Av. Paulista, mantendo a mesma conduta. Não pôde ser um ato que expressasse o ódio de classe contra a barbárie do estupro. Limitou-se a reivindicações como: “fim do PL 5069 (que trata da proibição à pílula do dia seguinte), direito ao aborto pelo SUS, que os atendimentos às vítimas de estupro sejam feitos por policiais e legistas femininos, políticas públicas para a prevenção ao crime”, etc.

A manifestação contou com milhares de mulheres, a grande maioria de jovens. Sua virtude foi a de denunciar a violência sofrida pela mulher. A sua inconsequência foi a de ser uma manifestação despolitizada e anárquica. A marcante presença do feminismo pequeno-burguês impossibilitou evidenciar as reais causas da opressão sobre a mulher.

## MANIFESTO

# Lutemos pela real emancipação da mulher

Depois do estupro coletivo de quatro meninas no Piauí, em junho de 2015, veio o caso da adolescente de 16 anos, do Rio de Janeiro, violentada por um grupo de homens. Basta o estupro individual para se ter a abominável agressão física, mental e moral. Os depoimentos das vítimas atestam a profunda dor da mulher que passa indefesa por esse momento. A denúncia da adolescente de que teve de suportar a investida de três dezenas de homens expôs a que ponto chegou a violência contra a mulher.

O fato ganhou tal notoriedade que reacendeu a tragédia do Piauí. Quatro homens, três deles menores, depois de estuprarem e torturarem, jogaram as vítimas de um despenhadeiro, o que provocou a morte de uma das meninas. São dois casos extremos, separados apenas por nove meses, que indicam a que ponto chegou a decomposição social do capitalismo.

Como era de esperar, a notícia de que o estupro atingiu a sua forma coletiva, ultrapassando a ideia do estuprador individual e maníaco, que pode estar na rua ou dentro de casa, assombrou a maioria da população e obrigou as autoridades – governo, polícia, judiciário e imprensa – a darem satisfação. De um caso social e policial escabroso, passou a um caso de política de Estado. O governo golpista de Michel Temer anunciou a criação de uma delegacia da mulher vinculada à Polícia Federal. Seu ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, se reuniu com o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. A imprensa deu grande publicidade na forma de uma campanha contra a “cultura do estupro”. Organizações de Direitos Humanos, professores, especialistas, advogados, juristas, etc. foram chamados a dar explicações a tamanha barbárie e apresentar soluções. Os coletivos feministas organizaram manifestações, que se incorporaram perfeitamente ao noticiário sob a bandeira de “fim da cultura do estupro”. Como assistimos, tomou corpo publicitário o combate à violência à mulher, à discriminação de “gênero” e à prevalência do “machismo” por três vias: punição, prevenção e educação. Essa foi a voz nacio-

nal, carregada de consternação e horror.

A apuração do ocorrido pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, sob a direção do delegado Alessandro Thiers, logo se tornou motivo de crise política. A linha do depoimento impressa pelos inquiridores da jovem violentada passou a ser suspeita. O delegado e o próprio Secretário de Segurança alegaram que ainda não havia condições jurídicas para concluir o caso e prender os implicados. Mas Beltrame prometeu que os criminosos não ficariam impunes: “Aqueles que praticaram esse crime hediondo serão achados, presos e condenados”. Em uma coletiva de imprensa, dirigida por uma delegada, acompanhada de uma legista, se anunciou a prisão de seis suspeitos.

Há uma clara desconfiança quanto à atitude da polícia diante da gravidade do ato. Não importa se a denúncia da jovem sobre 33 estupradores é precisa ou não. O que importa é que está instalado o diagnóstico de que uma das causas da crescente violência sobre a mulher é a impunidade. O Brasil tem uma das legislações mais rigorosas, que é a Lei Maria da Penha. Lá está a tipificação do estupro como crime hediondo. Uma vez cometido, somente resta prender o criminoso. A prevenção e a educação não têm aplicação prática perante o estupro consumado. Está aí por que se espera em um caso tão brutal que se prendam sem demora os violadores e que o rigor da pena sirva de exemplo do que pode acontecer com os estupradores.

Lembremos que no caso do Piauí os três menores receberam a pena de três anos de internato. O que foi motivo para os defensores da redução da maioridade penal e da revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente denunciarem a impunidade. O fato é que em uma sociedade dirigida pelo homem e em que a mulher é oprimida não se pode confiar nas leis, na justiça e na polícia. Deve-se, portanto, assentar na prática que “a primeira coisa que tem de acontecer é punir o agressor”. Essa tem sido a bandeira comum e imediata a casos de violência contra a mulher. A punição

é a primeira medida porque é a resposta mais urgente que se pode exigir do Estado. A prevenção e a educação não contam diante do ocorrido. Sabe-se pela experiência, em todas as áreas da criminalidade, que a punição não resolve, mas que pode limitar circunstancial e temporalmente o avanço do crime, no caso, o estupro em particular e a violência contra a mulher em geral. É o máximo que a sociedade de classes, a burguesia e seu Estado podem oferecer.

Fixemos a afirmação: o máximo que a punição pode realizar diante de fenômenos sociais deletérios estruturalmente determinados é limitá-lo em determinadas condições. Se essas condições mudam, o mesmo fenômeno pode se tornar em seguida mais deletério. A prevenção e educação como complemento à punição são, porém, menos palpáveis e, por isso mesmo, constituem o campo privilegiado daqueles que somente veem em determinadas reformas a possibilidade de frear a violência.

Distintamente dos reacionários, como os defensores do “prende e mata”, os reformistas justificam que a punição é a primeira medida, que como tal pouco vale se o Estado e a “sociedade civil” não criarem as condições para evitar a violência e finalmente reduzi-la a quase nada. A prevenção se daria por meio de mecanismos de proteção à mulher (centro de acolhimento, delegacia especializada, saúde da mulher, etc.). A educação é mais complicada. A família, a escola e os meios de comunicação cumpririam o papel de mudar a mentalidade “patriarcal-machista” que impera no Brasil.

De fato, o pensamento, a noção e a visão pequeno-burguesa progressista sobre as questões que envolvem as mulheres – não somente nesta questão, mas na do racismo e da homofobia – são minoritárias e impotentes diante das causas históricas, econômicas e sociais que as produzem. Mas têm se fortalecido o suficiente para se chocarem com o pensamento reacionário burguês e pequeno-burguês em toda linha. É preciso diferenciá-los e apoiar um contra o outro sem assumir os fundamentos burgueses de suas proposições. Ou melhor, apoiar a luta dos progressistas contra os reacionários naquilo que revela a própria impossibilidade da burguesia e suas instituições de porem fim à opressão sofrida pela mulher. É em situações dramáticas como os estupros coletivos do Piauí e do Rio de Janeiro que as forças da reação e do progresso se manifestam. Uns exigindo mais rigor na punição que alcance os menores de idade; outros, mais incentivos à prevenção e educação. Nesse embate, é importante a distinção entre as forças obscurantistas e as democráticas que identificam as discriminações sociais e exigem proteção às mulheres.

Assim, têm-se desenvolvido as posições sobre as discriminações e as várias formas de violência sobre a mulher. Limitadas nos marcos do capitalismo, não podem ir além do que o Estado burguês pode oferecer, como leis avançadas inaplicáveis e sistema de proteção raquítico. Não se resolvem problemas sociais originados de contradições sem nelas interferir e superá-las. As vias da punição, prevenção e educação se limitam aos efeitos e acobertam as causas. Se não se vai à raiz dos dilacerantes conflitos humanos, não se pode responder com as transformações necessárias e com as forças sociais capazes de encarná-las. A raiz de toda a brutalidade e desumanidade se encontra nos antagonismos de classes, na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho, na concentração de riqueza, na pobreza e miséria das massas. A subordinação da mulher ao homem, a prepotência masculina e a opressão geral que infelicitam a mulher é fruto da

sociedade de classes. A mulher carrega uma longa cadeia histórica de escravização na família e na vida social. Suas potencialidades e faculdades estiveram condicionadas às formas de escravização de acordo com a formação social vigente. O capitalismo como sociedade de classes mais avançada não a libertou e tão somente modificou as formas de sua escravização. Os grandes saltos nas forças produtivas, nas ciências e na cultura não resultaram na libertação da mulher. Diferenciou-a mais claramente em classes sociais e determinou seu lugar no processo de produção e de distribuição de riqueza, mas não a emancipou da velha escravização da família e da dependência ao homem. Enquanto persistir a raiz de classe que determinou a inferioridade da mulher, persistirá a dependência desumanizadora.

A mulher arca com uma particular violência entre tantas e terríveis violências do capitalismo senil e putrefato. Não há sistema punitivo, preventivo e educativo burguês que possa livrá-la das agressões na família e fora dela. Não podemos, por sua vez, fechar os olhos para o processo de decomposição econômico-social que reforça a prepotência do homem, degenera-o e gesta todo tipo de desvios, desequilíbrios, enfermidades e taras, ao ponto de chegar ao estupro coletivo e ao bárbaro assassinato da vítima violentada. Não serão com frases de efeito como “cultura do estupro”, “meu corpo me pertence”, “fim do machismo”, etc. que as mulheres lutarão contra a violência sexual e moral que se reproduz diariamente. Não por acaso, esse tipo de violência é mais frequente no seio da família. A luta no plano da ideologia e dos valores contra a opressão é demarcada pelo princípio da igualdade e pela diretriz histórica da emancipação. A sua base material é clara é inconfundível: a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho e a escravização da mulher na família. Há que se ter sempre e em qualquer circunstância as raízes de classe da opressão sobre a mulher, caso contrário se cai no reformismo impotente ou na impostura cultural.

O movimento pela emancipação da mulher e pela igualdade com os homens se encontra em grande atraso diante do avanço da barbárie capitalista. Isso se deve ao fato de se limitar ao movimento de classe média. As mulheres proletárias ainda estão por despertar para a luta libertadora. Em parte, refletem o baixo desenvolvimento político e organizativo do movimento operário, rigidamente controlado pela burocracia sindical colaboracionista. E, mais gravemente, pela ausência do partido revolucionário amplamente implantado em suas fileiras. As mulheres têm um importante e decisivo lugar na luta do proletariado pela emancipação geral dos explorados. Não há dúvida de que as mulheres não poderão dar um só passo na conquista da igualdade sem que sejam parte ativa da revolução social.

A resposta a cada situação em que a opressão se manifesta em toda sua extensão, como no caso do estupro do Rio de Janeiro, servirá à causa da igualdade se se expressar no programa geral da emancipação da mulher. A transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista abrirá caminho para a mulher romper a escravidão da família, que funciona como célula econômica da sociedade de classes. A violência contra a mulher se extinguirá com a extinção de sua subordinação familiar, econômica e social ao homem. É fundamental elevar a compreensão sobre as causas gerais de sua escravização e sobre as particularidades do capitalismo em decomposição. É fundamental elevar a consciência socialista da mulher.

## Rio Grande do Norte

# Esclarecimento sobre a polêmica da nossa participação na reunião de mulheres chamada pela coordenação de mulheres do dce e sobre a “nota pública da coordenação de mulheres do Diretório Central de Estudantes da UFRN” publicada na página do DCE

A direção majoritária do DCE (JPT/Kizomba), por meio da sua coordenação de mulheres, lançou uma nota pública, assinada por CAs, correntes (RUA, Kizomba), organizações de mulheres e pela Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SEMUL), criticando os posicionamentos “de alguns companheiros” numa reunião chamada por essa mesma coordenação convocando as mulheres a discutirem o caso de uma estudante que foi fotografada no banheiro por um funcionário terceirizado e pensar medidas a serem tomadas. Acontece que os únicos “companheiros” que estavam presentes éramos nós. Portanto, a nota pública se dirige à Corrente Proletária/POR. Em virtude da polêmica levantada na reunião e da nota pública lançada posteriormente, achamos necessário dar uma resposta:

A nota nos acusa de ter “uma postura, no mínimo, irresponsável”, por tentar transformar “um dos únicos espaços nos quais as mulheres se sentem livres para compartilhar suas dores e vivências [...] em um âmbito de disputa de forças”. O texto tenta colocar como se se tratasse de uma disputa entre homens e mulheres quando, de fato, a divergência que motivou a polêmica e a nota não é “de gênero”, mas sim uma divergência política, de classe. Trata-se do choque *inevitável* entre, de um lado, uma política reformista do feminismo pequeno burguês que considera o problema da mulher separado do antagonismo entre as classes sociais, e que se atém a propor melhorias e atenuar a situação da mulher oprimida no capitalismo e, do outro lado, a política proletária, que entende que a opressão da mulher tem origem no surgimento da propriedade privada, que causou uma transformação no seio da família, aprisionando a mulher nas tarefas do lar consideradas secundárias e submetendo-a ao homem na forma monogâmica de família, constituindo uma base material para as diversas manifestações culturais, como o mito da inferioridade da mulher ou de enxergá-la como objeto sexual, etc., e que por isso coloca como proposta a libertação da mulher junto com a libertação dos demais explorados numa luta unitária contra o inimigo em comum que é o Estado burguês, verdadeiro guardião da propriedade privada na época em que estamos, do capitalismo. Na UFRN, a reitoria é o braço desse Estado, e por isso é a grande mantenedora e responsável pela opressão às estudantes na universidade, como por exemplo, quando não garante as creches e fraldários, quando acoberta os casos de violência às estudantes, quando por meio do seu aparato repressivo barra uma estudante com sua filha pequena na porta do RU ou reprime uma estudante com filho no colo (DEART), quando ataca as condições de permanência (ex.: auxílio creche de miséria), os circulares lotados, etc.

A nota diz também: “... Posicionamentos de alguns companheiros durante a reunião, criticando a ideia de auto-organização das mulheres e insinuando que isolávamos nossa luta do resto dos estudantes, no entanto, fizeram com que nos sentíssemos obrigadas a nos posicionar publicamente sobre alguns pontos fundamentais...”

Na reunião, a CPE, mesmo achando que a política de “auto-organização” por dentro da entidade é incompatível com a luta revolucionária, inicialmente não criticou a ideia de “auto-organização” das mulheres nem insinuou nada. A direção do DCE propôs que fosse redigida uma carta para ser lida no próximo CONSAD, fo-

mentando assim as ilusões na via institucional. A CPE tem acompanhado as derrotas sofridas pelo M.E por essa via institucional e colocou-se pela necessidade de que essa organização se somasse à luta mais geral contra a burocracia universitária que ataca de conjunto os estudantes, homens e mulheres. Que discutissem ali e levassem suas reivindicações específicas para serem incorporadas ao movimento estudantil, como parte da pauta de luta unitária contra a reitoria, a verdadeira responsável pelos casos de opressão sofrida pelas estudantes na UFRN. Que não fomentassem ilusões na burocracia universitária (ouvidoria, etc.), que age acobertando as agressões físicas e morais às estudantes na UFRN e aplica uma política de contingenciamento e de ataque às condições de permanência, que afeta a todos os estudantes e às estudantes mães em particular, e que fossem apurados os casos de violência e assédio por uma comissão independente à reitoria.

A direção majoritária do DCE (JPT) propôs também que fossem tiradas políticas coercitivas e educativas para os trabalhadores terceirizados. A diretora do DCE chamou de “o problema da terceirização”. A JPT não falou exatamente qual era “o problema da terceirização”, mas apontou como solução a reitoria realizar “cursos de formação” ou pelo menos uma “palestra de 2h” que fosse obrigatória para os terceirizados, sob pena de serem punidos; falou também em “cobrar da empresa” uma ação mais contundente. Outra participante é que foi mais além, colocando a impossibilidade de punir os terceirizados uma vez que há uma alta rotatividade, provavelmente uma reação ao fato da reitoria ter tomado a medida administrativa de devolver o terceirizado que fotografou as estudantes à empresa. Ninguém se colocou contra isso, a não ser nós, mostrando que apesar de os terceirizados não sofrerem diretamente a mesma forma de opressão sobre a mulher, eles sofrem outras formas de opressão ligadas a sua condição de trabalhadores precarizados e até às suas condições de existência em geral (isso falando dos terceirizados homens, porque as terceirizadas também sofrem a forma de opressão da mulher), mas que todas essas formas de opressão têm um conteúdo em comum, que é um conteúdo de classe, pois têm origem nas relações de produção capitalistas que ajudam a mantê-las, e é por isso que dizemos que todas as formas de opressão são opressões de classe e que a emancipação de todas elas se dará numa luta unitária de todos os oprimidos contra os capitalistas e seu Estado, pelo fim do capitalismo.

É nesse sentido que a CPE viu a importância em participar da reunião de mulheres chamada pela direção do DCE, não como estudantes homens, mas como uma corrente política que tem apoiado toda luta em particular dos estudantes, propondo o chamamento de assembleias gerais para que suas pautas fossem abarcadas pelo conjunto do movimento estudantil, e confluísse numa luta contra a burocracia universitária, como foi o caso dos estudantes do PIBID, dos estudantes que receberam processos administrativos e jurídicos, ou o problema dos ambulantes e RU, e o caso mais recente do assédio à estudante. Pelo contrário, a direção majoritária do DCE (JPT/Kizomba) tem rechaçado as assembleias gerais, e com sua política reformista de conciliação de classes tem isolado e levado todo movimento à derrota pela via institucional, como por

exemplo, o caso dos estudantes condenados que foram tratados como casos individuais e não como um ataque ao conjunto do movimento, desenvolvendo ilusões no CONSAD a partir da disputa dos diretores de centro, que levou o movimento à derrota, ou o caso dos ambulantes, que ao invés de organizar uma luta pelo retorno e permanência incondicional dos ambulantes, querem negociar com a reitoria a construção de 10 quiosques a serem disputados via licitação pelos ambulantes, uma proposta privatizante, desmobilizadora e limitada. A mesma história agora se repete com relação ao caso da estudante, onde a JPT/Kizomba propõe a via educativa de cursos de formação a serem realizados pela própria burocracia universitária (a mesma que é responsável e acoberta os casos de assédio) e a via punitiva, como se isso fosse resolver o problema da opressão às estudantes na UFRN.

Essa via de particularizar as lutas em busca de formas e da pseudoteoria de que a opressão da mulher é fruto da opressão de gênero acaba sendo compatível com a ideia da “auto-organização” das mulheres por dentro da entidade estudantil, sem ligar com a luta geral dos estudantes pelas reivindicações. A “auto-organização” que foi polemizada no dia da reunião e que é aludida na nota (“*A auto-organização não se trata de excluir os homens da luta das mulheres*”) não era de qualquer tipo, mas sim uma “auto-organização” por dentro do DCE, convocando estritamente às estudantes e excluindo a outra parte. Nada impede que as mulheres se “auto-organizem” por conta própria, mas esta não deve ser a política do DCE. O que está colocado é ter um programa de emancipação e igualdade das mulheres e defesa de todos os seus direitos. Sob o programa de luta, realizar um trabalho para que as mulheres participem ativamente do movimento estudantil e contribuam para o fortalecimento das lutas. A coordenação de mulheres é parte da direção do DCE, que está subordinada ao conjunto dos estudantes. Foi esse critério que levamos em consideração para participarmos e intervirmos na reunião convocada pela coordenação de mulheres do DCE. Convocar uma reunião só para mulheres, restringindo a participação da outra parte dos estudantes (homens), como ficou claro na nota convocatória do DCE, é um aparelhamento da entidade pela JPT com sua política reformista que separa a luta contra a exploração da luta contra as opressões.

Na prática, a crítica implícita na nota da direção do DCE e a polêmica levantada contra a nossa participação é, no fundo, uma contraposição às nossas críticas à política reformista e feminista pequeno burguesa da JPT e para acobertar a sua tática de educação e coerção aos terceirizados e a via conciliatória e institucional de submissão da luta às instituições da reitoria, que tende a isolar o problema das estudantes da luta dos estudantes em geral pelas suas reivindicações e contra a burocracia universitária, o que impedirá combater de fato o problema da opressão da mulher, em particular das estudantes na UFRN. E para acobertar também a ideia da auto-organização *por dentro da entidade estudantil*, que restringe a participação da outra parte dos estudantes (homens).

## Greve na USP: ao redor unificar o movimento e

A greve unificada na USP tem crescido em unidades paralisadas e em mobilizações unitárias. Os funcionários lutam contra o desmonte da universidade (principalmente recaindo sobre os hospitais) e contra o arrocho salarial (proposta de 3% de reajuste diante mais de 11% de inflação). Os professores entraram em greve contra a avaliação docente e a precarização do ensino e pesquisa embutida na flexibilização da jornada de trabalho. Existe entre os estudantes um descontentamento com as medidas de cortes, de precarização e privatização da universidade, que os leva a entrar em greve, bloquear os acessos das unidades (cadeiraço) e até ocupar os prédios.

A greve unificada das universidades estaduais paulistas também cresce. O conselho de reitores (Cruesp) encerrou as negociações sem atender as reivindicações. Os reitores, a mando do governo Alckmin, estão empenhados em aplicar o ajuste fiscal e cortar fundo os gastos, além de ampliar as parcerias com as empresas privadas.

O problema do movimento estudantil está na ausência de direções que trabalhem pela unificação real das reivindicações em uma pauta comum. Impulsionar a mobilização em cada unidade pelas reivindicações mais sentidas leva ao choque com a reitoria/governo. O levante de todos contra a reitoria/governo coloca concretamente a necessidade de uma bandeira que expresse esse conflito geral. Trata-se de defender a bandeira do GOVERNO TRIPARTITE, eleito pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à Assembleia Geral Universitária (dos três setores). Esse governo é que será capaz de aplicar um orçamento que atenda ao conjunto das reivindicações dos que estudam e trabalham, sem nenhuma ingerência dos governos e da burguesia. O ponto de partida para que isso caminhe é a constituição da assembleia geral universitária, que permitirá avançar na discussão, aprovação e luta conjunta pelas reivindicações unitárias.

### Conjuntura e greve

O fato é que as correntes que atuam no movimento estudantil refletem em seu interior as mesmas posições pequeno burguesas com as quais respondem à crise política e econômica no país. Predominam as teses que defendem as saídas no campo institucional burguês, portanto seguidistas da burguesia. O PT se empenha em desviar a mobilização para a defesa do governo deposto de Dilma. O PSol e o PSTU empunham a bandeira de Fora Todos, Eleições Gerais!, que ajuda a canalizar a luta para via eleitoral/parlamentar, e a construir uma saída para a crise que é a eleição de um governo que tenha legitimidade e força para aplicar o mesmo plano que tenta aplicar o governo golpista de Temer. O MRT mantém a defesa da Constituinte, convocada sob o governo burguês, que seria na sua hipótese delirante capaz de expressar as reivindicações das massas e suas organizações de base. Esconde que essa proposta seria mais uma opção de rearranjo das forças da burguesia no Estado e via de quebra de direitos das massas. Há ainda o MNN (Território Livre) que mistifica as ocupações com sua bandeira hipócrita (mais adiante provaremos) de “ocupa tudo”.

Sob essas variantes todas, as massas vão à reboque das disputas interburguesas. Reforça-se a ausência de uma intervenção independente da classe operária. É preciso unificar as lutas nacionalmente ao redor das reivindicações mais sentidas, com os métodos da luta de classes e sob a estratégia própria de poder do proletariado (governo operário e camponês). Assim se enfrentam os ataques aos empregos, salários e direitos traçados pelo governo golpista de Temer, com independência de classe.

Na universidade, as correntes se negam em geral a traçar a luta por esse caminho. Ao invés de partir das reivindicações concretas levantadas pelos movimentos em cada unidade, lançam o chamado genérico de “Cotas, permanência e contratação”. Aceitam colocar todas as demais reivindicações como “bandeiras”, pelas quais não se vai lutar de verdade. Sob essa política, fica difícil mobilizar massivamente os estudantes. Estes apóiam a luta salarial dos funcionários, mas não agem por ela. As ocupações, que podem



# das reivindicações concretas, é preciso voltá-lo contra a reitoria/governo

cumprir importante papel na deflagração do movimento que é realizada sem a devida preparação, acabam se tornando um fim em si mesmo, ocupação pela ocupação. Ao invés de se constituírem em pólo de agrupamento e elaboração coletiva das reivindicações e propostas de ação massiva, viram acampamentos em muitos casos burocratizados pelas direções. É preciso reverter esse quadro, e o ponto de partida 'o mesmo: desenvolver as reivindicações concretas, chocar com a reitoria, unir os três setores pela base, avançar para o choque com o governo nas ruas.

## Assembleia dividida não aprova ocupação dos blocos K e L

A Assembleia estudantil de 02/06 teve duas polêmicas mais acirradas. A primeira foi em relação à forma das falas. A direção do DCE (PSol/PCB) tem proposto a cada assembleia nos últimos anos que se mude a forma das falas. Desde 2014, as assembleias têm realizado as falas com a distribuição de um fala por corrente e mais os independentes. Esse método tem se mostrado mais eficaz, evita a demora das filas de inscrição, todas as posições são expressas democraticamente e se encaminham a seguir as propostas para votação a partir das discussões.

A direção do DCE tem buscado voltar ao método anterior, quando se inscreviam dezenas de militantes e se sorteavam algumas falas, em geral quase todas da direção do DCE. Insiste em fazer isso a cada assembleia, desperdiçando tempo para as contagens (claro que nunca existe contraste favorável à proposta da oposição).

O pior de tudo foi a defesa do PSol: confessou abertamente que a medida visava a não permitir que correntes minoritárias tivessem o mesmo espaço que as majoritárias, citando o POR e o PCO, que teriam "dois ou três militantes". Ou seja, não se tratava de aperfeiçoar o debate na assembleia, mas de calar a oposição.

Foi necessário fazer a contagem, apesar do claro contraste, para se manter o método das falas por corrente e independentes.

O POR denunciou na sua fala que era lamentável e vergonhoso

*(...) unificar as lutas nacionalmente ao redor das reivindicações mais sentidas, com os métodos da luta de classes e sob a estratégia própria de poder do proletariado (governo operário e camponês).*

que o PSol, que sofre com a legislação discricionária da burguesia que lhe corta o direito a debates e espaço igual nos meios de comunicação, venha trazer para dentro do movimento estudantil o mesmo método antidemocrático. Mostrou que essa posição, levada às últimas consequências, levaria a impedir inclusive os independentes de falar, pois só representavam a si mesmos. Finalizou caracterizando a posição de burocrática, antidemocrática e autoritária.

O outro ponto de conflito foi a proposta de ocupação dos blocos K e L, prometidos à moradia desde 2010. Essa proposta tem como base a necessidade de concretizar a luta por "permanência" por meio da ação direta e massiva. É nos momentos de maior mobilização, como a greve, que é possível realizar ações massivas para impor à reitoria/governo as reivindicações.

A proposta dividiu a assembleia. De um lado, o POR e independentes pela ocupação; de outro, todas as demais correntes políticas contra. Não é possível deixar de destacar duas posições: a do MNN (Território Livre), que compareceu à assembleia com um panfleto com o título: "ocupar tudo!" – vejam, tudo, menos os blocos K e L. Ou seja, a mistificação das ocupações esmorece diante da necessidade de realizar uma que leve ao choque imediato com a burocracia universitária. A outra, a do MRT, que costuma frequentemente se abster das votações polêmicas nas assembleias, mas nessa tomou partido abertamente da oposição à ocupação. Isto numa votação decidida por apenas seis votos de diferença. Ou seja, qualquer corrente, por menor que seja, teve votação decisiva

nessa questão. Se o MRT se abstivesse como de costume, teria permitido por em prática a ocupação dos blocos K e L.

A não aprovação da ocupação nesse quadro mostra que é perfeitamente possível que aconteça em breve. Se efetivada, obrigará a uma mudança das ocupações passivas para o fortalecimento dela. Poderá comparecer como um ponto de salto na luta estudantil pelas reivindicações mais sentidas. O POR trabalhará para que isso aconteça.

## Apeoesp: Campanha salarial foi suspensa sem luta

Os professores da rede estadual de São Paulo realizaram mais uma assembleia de sua campanha salarial, no dia 24 de maio. A situação estava marcada ainda pelo impeachment de Dilma e seus desdobramentos. Outros elementos da situação política eram o PLP 257 e o projeto reacionário da "escola sem partido". Em âmbito estadual, se destacou o resultado da reunião da Apeoesp com a Secretaria de Educação, em que o governo reafirmou o 0% de reajuste e a negativa em relação às demais reivindicações da categoria. A burocracia da Apeoesp, diante do desmonte da campanha salarial, defendeu as discussões sobre o Plano Estadual de Educação, na Assembleia Legislativa.

O grande desafio para a vanguarda era como dar resposta aos graves problemas da conjuntura sem contar com um movimento massivo. O fato é que a categoria não tem comparecido massivamente às assembleias, o que facilitou o seu encerramento. De qualquer forma, a proposta da burocracia de conduzir o movimento para a Assembleia Legislativa determinou o rumo do movimento. Na prática, apontou um calendário distracionista, empurrando em palavras a luta para o segundo semestre e desviando para o Plano Estadual de Educação.

A pouca presença de professores na assembleia, cerca de mil, permitiu que a posição da burocracia fosse assumida pela maioria das correntes (PSTU, PSol, etc). A intervenção da Corrente Proletária na Educação se destacou por se colocar contra essa linha. Assinalou a necessidade de seguir com as paralisações, apostando na unidade do funcionalismo estadual (havia a greve das universidades) e dos estudantes. Indicou a importância de realizar uma plenária unitária de docentes e secundaristas. E denunciou a pressão sobre a Assembleia Legislativa (dominada pelo PSDB, liderada pelo deputado Capez, capacho de Alckmin) como o caminho certo para a derrota.

A maioria dos professores votou na proposta da direção. Vale lembrar ainda que a militância do PSTU apresentou a proposta de concluir a assembleia marchando em direção à Praça Roosevelt, onde estavam se manifestando metroviários e outras categorias. A proposta tinha o mérito de indicar o caminho da unidade. Os professores, seguindo a direção corporativista da Apeoesp, a recusaram. A assembleia se encerrou realizando uma passeata de apoio a Dilma ("Volta Dilma") com outro trajeto, curto e inócuo até o Teatro Municipal. Cabe agora à vanguarda seguir mobilizando a categoria desde a base, fazendo a denúncia dos ataques que se avizinham.

## **Rondônia: A Luta contra o aumento da tarifa do transporte coletivo em Porto Velho e a defesa do passe livre para estudantes e desempregados**

Tão logo o prefeito Mauro Nazif/PSB trocou a empresa de transportes coletivos de Porto Velho, sob a alegação de trazer para a população da capital melhores serviços, veio a decisão da empresa em convênica com a administração municipal de aumentar a tarifa. A passagem já é uma das tarifas mais caras do país e, mesmo assim, querem aumentar de R\$2,60 para R\$3,45, o que representa um aumento acima de 30%. Há notícias que dizem que a tarifa passará de R\$2,60 para R\$3,80.

Na tentativa de barrar o aumento acima de 30% nas tarifas do transporte em Porto Velho, os estudantes da Universidade Federal de Rondônia (Unir), de escolas públicas e de outras universidades realizaram uma manifestação no dia 25 de maio. Os estudantes já tinham realizado duas manifestações, mas o prefeito não recuou. Quer impor o reajuste ainda no mês de junho.

O movimento contra o aumento da tarifa precisa ser ampliado. Os sindicatos, a CUT e os movimentos populares devem se incorporar a essa luta. Não há como barrar esse saque ao bolso dos trabalhadores se não for por meio das ações coletivas, com grandes manifestações e por meio de reivindicações que unificam os oprimidos. A defesa de uma tarifa de R\$ 3,00 ao invés de R\$ 3,45, como aquilo que é ‘suportável’, não aglutina os milhares de desempregados e de trabalhadores informais.

Os governos e os capitalistas estão unidos em torno do aumento das tarifas do transporte coletivo. Fazem campanha contra o movimento, rotulando-o de “baderneiros”. Querem que a população aceite mais esse abusivo aumento e recrimine os que saem às ruas contra mais essa medida antipopular.

Em Rondônia, há um profundo atraso em relação aos movimentos de outros estados. Basta lembrar das jornadas de 2013, ocorridas nas grandes capitais, que impuseram o passe-livre para os estudantes. Em

nosso estado, o movimento contra o aumento das tarifas ainda não assimilou a importância da luta pelo passe-livre a todos os estudantes e desempregados. Será por meio da experiência e pela ação do partido revolucionário que o movimento elevará sua consciência política e assimilará as bandeiras democráticas, como a do passe-livre.

A Corrente Proletária interveio levantando três reivindicações fundamentais: 1) rechaçar a política do governo e dos capitalistas de transporte de aumento das tarifas; b) defesa do passe-livre para os estudantes e desempregados; c) luta pela estatização de todo o sistema de transporte coletivo, sob o controle da classe operária. Como método propôs: 1) a unidade dos estudantes com os demais trabalhadores; 2) a constituição dos comitês de luta em defesa das reivindicações; 3) realização de manifestações de rua.

A vitória do movimento dependerá da superação dos entraves que bloqueiam a unidade dos explorados para enfrentar o governo e os patrões do transporte. Dependerá da superação das posições reformistas que estão presentes no movimento, como a de acolher a proposta de percentuais que possam fixar a passagem no valor de R\$ 3,00 e rejeitar o combate à privatização do transporte coletivo.

A Corrente Proletária levantou também as bandeiras que unificam os estudantes com a maioria oprimida:

Salário mínimo vital com reajuste automático (escala móvel)

Combater as medidas antinacionais e antipopulares do governo Temer

Responder a crise econômica erguendo uma frente única em defesa dos empregos, salários e direitos

Expropriar sem indenização o transporte coletivo e colocá-lo sob o controle da classe operária

## **Bahia: O movimento “Ocupa SUS” na sede regional do Ministério da Saúde na Bahia e o eleitoralismo do “Volta Dilma”**

Desde o dia 30 de maio que a sede regional do Ministério da Saúde em Salvador está ocupada e desde o dia 17 de abril que o Ministério da Cultura na Bahia também está ocupado com programação artística diária no Pelourinho, centro histórico de Salvador. As entidades ligadas à saúde dirigidas pelo PT e PCdoB, coletivos de estudantes e outros militantes do PT e alguns artistas que estão ocupando o MINC-Ba, articulam as ocupações. Também se encontra ocupada a superintendência de patrimônio em Salvador, desde o dia 31/05, pelo movimento de moradia e resistência ao golpe. Novas ocupações estão sendo organizadas em Salvador. Observa-se que após a consumação do golpe institucional ao governo de Dilma Rousseff (PT) movimentos e organizações que apoiavam o governo petista passaram a demonstrar disposição de ocupações e manifestações quase que diárias pelo “Fora Temer” com o conteúdo de “volta Dilma”, defesa abstrata da democracia e pelos “direitos e reivindicações dos trabalhadores”

O movimento “ocupa SUS” levanta bandeiras e faixas “contra o golpe”, contra o governo interino de Temer e contra o desmonte do SUS, mas sempre com o conteúdo de “volta Dilma”. No primeiro dia de ocupação, fizeram um manifesto assinado por várias entidades intitulado “Sem TEMER, em defesa da Democracia e do SUS! Saúde é direito de todos e dever do Estado!”, no qual se fala da história de luta do SUS como conquista constitucional do povo brasileiro. Tecendo críticas amenas aos documentos “Ponte para o Futuro e Travessia social” do governo golpista de Temer não centram no fundamento da defesa da saúde pública à medida que não se contrapõe à coexistência da saúde pública com a privada, não tece qualquer crítica aos governos do PT (LULA e Dilma), que trabalharam por desmontar o raquítico sistema único de saúde, cortando verbas para manter os juros e amortizações da dívida.

O governo do PT também favoreceu a indústria farmacêutica, os fornecedores de equipamentos hospitalares, financiou a rede hospita-

lar privada e grandes corporações que lucram com a venda de planos de saúde. Foi precisamente no governo de Dilma que o SUS foi duramente atacado, abrindo o setor para o capital estrangeiro. A EBSERH que foi gestada pelos órgãos imperialistas e transformada em MP no governo Lula em 2010 e relançada por Dilma em 2011 como suposta solução dos contratos precarizados de 26 mil trabalhadores terceirizados. Ao vincularem o “ocupa SUS” ao conteúdo de “volta Dilma”, PT e demais correntes se mostram completamente impotentes diante dos ataques do governo Temer e tentam tirar dividendos eleitorais.

A programação na ocupação se refere a rodas de conversas sobre temas ligados a saúde, visitas dos usuários dos CAPS à ocupação, depoimento de trabalhadores da saúde e dos usuários relacionados ao desmonte do SUS, debate sobre a PEC 143/2015 que propõe a retirada dos 25% dos recursos dos municípios, estados e união até 2023, representando uma significativa perda de recurso para o SUS, além de outras atividades como filmes, teatros e uma programação cultural, além de plenárias dos membros da ocupação.

O Partido Operário Revolucionário (POR), que constrói a Frente contra a Privatização da Saúde Pública, tem defendido a estatização sem indenização do sistema privado de saúde e a constituição de um sistema único de saúde público, gratuito, sob o controle operário. Em todas as atividades da frente e do movimento em defesa do SUS, defendemos, portanto, o programa proletário para saúde, vinculando as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores com a estratégia revolucionária. Por isso, a Frente contra a Privatização da Saúde tem realizado em comunidades da periferia de Salvador, como Periperi e Praia Grande, plenárias do Comitê em Defesa da Saúde Pública para organizar os trabalhadores, a juventude e demais explorados para combater pela saúde pública contra os ataques dos governos, articulando as reivindicações elementares das massas exploradas e oprimidas à necessidade de superação das causas da destruição da saúde pública.

**Nesta edição:**

- Bolívia: Avança o desenvolvimento da crise política
- França: avançam as greves, ocupações, bloqueios e as mobilizações operárias e populares
- Avanço do armamentismo mundial

## Artigos das Seções



# Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

## Bolívia: Avança o desenvolvimento da crise política

# Os operários estão nas ruas lutando contra as demissões massivas

Há algumas semanas, depois da passiva aceitação do aumento de 6% por parte dos trabalhadores assalariados devido ao fechamento das empresas e o desemprego massivo, dava-se a impressão de que demorariam algum tempo para se recuperar e se incorporar às mobilizações que já acontecem nos setores informais. Acreditávamos que o proletariado levaria algum tempo para superar os obstáculos em sua consciência, que o impedia de se colocar à frente da nação oprimida, de sentir na carne as consequências da política empresarial e pró-imperialista que desenvolve o governo Evo Morales, que descarrega todo o peso da crise sobre os ombros dos trabalhadores, impondo baixos salários, admitindo a flexibilização trabalhista tanto nas empresas estatais como nas privadas, cortando benefícios sociais e fechando as empresas consideradas deficitárias, etc.

Poucos dias depois do anúncio do reajuste salarial, os trabalhadores, especialmente aqueles que dependem da empresa privada e das instituições estatais descentralizadas, como municípios e estados, puderam comprovar que são vítimas de um engano porque – devido à ausência de uma regulamentação para efetivar o pagamento obrigatório do mesmo – são obrigados pela patronal a negociações setoriais onde se lhes coloca a possibilidade de pagar montantes inferiores a 6% e muitas outras empresas privadas simplesmente se negam a qualquer aumento sob a alegação de que se encontram à beira da quebra. Os trabalhadores municipais de Cochabamba, por exemplo, foram notificados no sentido de que não poderão receber um reajuste maior que 4%, porque os recursos do município minguaram consideravelmente como consequência da redução do IDH.

O que impulsionou poderosamente a incorporação do movimento fabril à mobilização nos últimos dias foi o fechamento da empresa estatal ENATEX. Seus administradores, com o pretexto de dedetizar suas instalações, conseguiram que todos os trabalhadores abandonassem seus postos de trabalho e, quando se preparavam para retornar ao trabalho, foram surpreendidos com as cartas de demissão e com o anúncio de que a empresa se transformaria em empresa de serviço, assim necessitaria apenas de 200 trabalhadores, que passariam a ser servidores públicos sem direito à sindicalização. Trata-se de um safado golpe do governo do MAS, que, como qualquer governo burguês, condena mais de 800 trabalhadores ao desemprego e à fome, com o argumento de

que não pode manter empresas deficitárias porque são um peso para o Estado.

A resposta foi imediata. Primeiro, dos trabalhadores da empresa e, depois, de todos os operários de La Paz e do país. Saíram às ruas condenando o governo por sua política antioperária e exigindo a reabertura da empresa. Correu como rastilho de pólvora a notícia de que todas as empresas em mãos do Estado também estariam na mesma situação que a ENATEX. Foi dito que CARTONBOL, por exemplo, pretende dar férias coletivas obrigatórias a seus trabalhadores por quatro meses para possibilitar uma demissão massiva no retorno ao trabalho. Também existe a ameaça de que muitas empresas têxteis privadas estariam a ponto de encerrar suas operações, porque já não podem suportar a concorrência do contrabando e das mercadorias de origem asiática que entram no país com preços muito baixos.

A burocracia sindical se viu obrigada a se colocar à frente das mobilizações, posando de radicais, para não se chocar com suas bases. Em sua tentativa de desorientar as massas mobilizadas, não se cansa de repetir que são os ministros herdados do neoliberalismo que estão enganando o “irmão Evo”, que toma medidas como o fechamento da ENATEX. Enquanto os manifestantes nas ruas condenam Evo Morales e o conjunto do governo como agentes do imperialismo e da empresa privada, a burocracia sindical carrega as tintas na consigna de renúncia do Ministro de Trabalho e da Ministra de Desenvolvimento Produtivo.

*Todo este conjunto de acontecimentos configura um quadro político onde um setor importante dos trabalhadores assalariados, o movimento fabril, dá um salto em sua consciência e rompe com muitos obstáculos que, até a véspera, impediam sua incorporação às mobilizações que os setores de trabalhadores informais já estavam fazendo de maneira agressiva porque são os mais castigados pela política antipopular do governo e pelos efeitos da crise econômica. Não resta dúvida de que as ações dos fabris se prolongarão, porque a miséria e o fechamento das empresas estão na ordem do dia e terão uma poderosa influência sobre o movimento mineiro. As importantes mudanças que estão se dando na situação política podem impulsionar o proletariado a se colocar à frente de uma poderosa mobilização nacional que jogue por terra todos os planos continuístas do regime masista.*

## **NOVO REFERENDO, UMA CORTINA DE FUMAÇA PARA DESVIAR A ATENÇÃO DOS EXPLORADOS SOBRE SEUS PROBLEMAS REAIS**

Os explorados não devem cair na armadilha de somar-se à discussão sobre a inconstitucionalidade da manobra oficialista. O proletariado deve retornar ao exercício de sua independência política frente ao Estado e às expressões políticas da classe dominante. A luta deve orientar-se a expulsar o governo masista pela via da ação direta de massas.

O oficialismo intensifica a campanha no sentido anular o resultado do referendo de 21 de fevereiro, com o argumento de que a vitória do NÃO foi produto da guerra suja da oposição. E propõe a realização de um novo referendo antes de 2019 para possibilitar que Evo Morales e García Linera se recolhem como candidatos. Esta tentativa do governo assanhou o galinheiro da estúpida oposição de direita, que argumentou a inconstitucionalidade da manobra oficialista e que se rasgue a máscara denunciando a pretensão de Evo Morales de se perpetuar no poder violando o princípio da alternância.

O oficialismo quer arrastar a maioria dos explorados e oprimidos para a estéril discussão na qual a oposição de direita se enredou, com o objetivo de desviar a atenção da maioria dos bolivianos sobre os graves problemas que a crise econômica vêm gerando. Pretende-se usar como circo para que as pessoas esqueçam a fome que aumenta em todos os setores, que suportem as consequências da política fiscal leonina, imposta aos setores informais. Quer que fechem os olhos diante da permanente elevação os preços dos artigos de consumo, que não digam nada contra a redução dos

recursos para a saúde e a educação, que não se mobilizem contra o desemprego massivo, para que não denunciem a corrupção irrefreável em todos os níveis da administração do Estado. Quer que se conformem diante dos miseráveis salários que condenam o trabalhador e a sua família ao tormento da fome, etc.

Esperam assim que os explorados sirvam a esta cínica manobra do oficialismo, o que significa abandonar a dura realidade da fome e miséria para se submeterem aos argumentos legalistas da direita, que aspira derrotar constitucionalmente, nas “eleições democráticas”, o governo do MAS. Esperam que o proletariado renuncie novamente a sua independência política diante do Estado burguês e da política da classe dominante. Esperam que o proletariado renuncie à direção política da nação oprimida, da luta por acabar com a ordem social imperante e instaurar um novo Estado baseado na propriedade social dos meios de produção, recorrendo a seus próprios métodos.

**Em uma situação política como a presente, onde os acontecimentos se precipitam de maneira imprevisível, é seguro que a decomposição do governo do MAS avançará. Diante da rebelião dos explorados que permanentemente põem em risco a segurança da grande propriedade privada dos meios de produção, o governo está obrigado a buscar abrigo na sombra do imperialismo, acentuar seus traços direitistas e autoritários. Como já dissemos no início, quando caracterizamos a natureza de classe do regime masista, Evo Morales se verá obrigado a afogar em sangue as rebeliões populares para pôr a salvo os interesses do imperialismo e da empresa privada nacional. De acordo com o rumo que tome o desenvolvimento posterior da situação política, este governo pode ser varrido do cenário antes das eleições de 2019.**

## **França: avançam as greves, ocupações, bloqueios e as mobilizações operárias e populares**

A França é o cenário por onde se passa e define qual o desenvolvimento dos choques entre as forças sociais antagônicas da Europa para o próximo período da crise capitalista. De um lado, a burguesia monopolista e o governo Hollande pretendem impor a mais brutal e violenta reforma trabalhista em décadas. De outro, 74% da população rejeita e enfrenta a reforma.

O aspecto destacado da atual fase das lutas contra a reforma trabalhista do governo Hollande é a presença organizada e radicalizada de um setor decisivo e avançado do proletariado francês, capaz de paralisar de fato o funcionamento da economia. É o que se observa com as paralisações, bloqueios das refinarias e dos depósitos; com os boicotes ao transporte de combustíveis realizados pelos operários do petróleo e gás. As oito maiores refinarias do país foram totalmente bloqueadas. Os operários também paralisaram e bloquearam as usinas nucleares: 10 das 19 usinas existentes produzem de forma descontinuada (existe uma lei de segurança que proíbe a paralisação total) e três dessas estão completamente paradas. Os ferroviários entraram em greve e afetaram gravemente o transporte de passageiros e mercadorias. Os operários dos portos de Le Havre, Marsella e Saint-Nazaire bloquearam as vias de exportação e importação de 40% dos produtos que são consumidos ou exportados no país. Os operários metalúrgicos, a exemplo da gigante PSA (que produz Citroen e Peugeot), avançam às paralisações da indústria do setor. O funcionalismo público e os assalariados do comércio avançam à deflagração de greves setoriais. Ao movimento operário se somam as ocupações de colégios e universidades pela juventude. Finalmente, na quinta-feira de 26 de maio, se realizou uma nova

greve geral convocada por três das maiores centrais sindicais do país: CGT, FO e Solidaires. Milhares de manifestantes encheram as ruas de 174 cidades da França e enfrentaram a polícia.

A radicalização operária da presente etapa assemelha-se à grande greve operária de 1995, que conseguiu quebrar os ataques do governo de Jacques Chirac. Mas, também mostrou diferenças. Em 1995, à frente dos combates achavam-se os funcionários da saúde e educação. Os operários ferroviários, os eletricitários e os assalariados do transporte encabeçavam greves e ocupações, mas permaneciam a reboque do funcionalismo que constitui o setor mais numeroso e decisivo das mobilizações. Hoje, são os operários do petróleo, dos transportes, da produção de energia, da indústria automotriz e dos portos que se acham à frente das lutas e constituem o centro social e o motor de classe das lutas contra a reforma o governo. A principal diferença, porém, está na permanência do estado grevista geral que perfaz mais de dois meses e no caráter radicalizado dos bloqueios. Destaca-se nesse quadro a formação de organismos embrionários de auto-organização, embora ainda limitados a alguns setores.

As tendências presentes na alta grevista, a intervenção decisiva dos destacamentos mais relevantes do proletariado industrial e a radicalização das ações coletivas de massas assinalam claramente que na França se expressa a nova etapa mundial da luta de classes. A força social do proletariado francês é o fator de destaque. E está demonstrado pela sua capacidade de paralisar a maior parte dos processos industriais vitais para o funcionamento da economia capitalista nacional. A classe operária está disputando de fato o controle da produção social, apesar de que seus destacamentos avançados não

sejam ainda plenamente conscientes da importância de seus atos e medidas. Trata-se do instinto comunista lutando por abrir passagem em meio à crise de direção revolucionária do proletariado mundial.

O bloqueio de refinarias, ferrovias, ruas e usinas termoeletricas afetaram gravemente o abastecimento nacional de combustíveis e energia. Esteve colocada perante a burguesia a força social do proletariado organizado. E, diante do governo, a possibilidade de impor finalmente suas reivindicações. O governo foi obrigado a recorrer às reservas estratégicas de petróleo para suprir o abastecimento de combustíveis para todo o país (20% dos 12 mil postos existentes ficaram sem combustível). Ao mesmo tempo, a responder à resistência operária recrudescendo a repressão e impor autoritariamente seu projeto. O que se passou com a aprovação da Reforma Trabalhista, recorrendo a uma medida de exceção (inscrita na Constituição), que lhe permite aprovar leis sem passar pela votação no Parlamento, quando se trate de medidas consideradas de “segurança nacional”. Tais métodos autoritários de governo se devem tanto à incapacidade da democracia formal de servir de cobertura aos ataques antipopulares (o Parlamento está mergulhado em permanentes dissensões e rupturas da base do governo), como à necessidade de responder aos ditames dos monopólios.

Essa medida, entretanto, acirrou o choque com a burocracia sindical ao lhe tirar a base para manobrar e chegar a um compromisso. Evidentemente, a burocracia teme que a classe operária se projete mais a fundo nos métodos da luta de classes e acabe por superar seu bloqueio. Isso explica porque a CGT, uma das maiores centrais sindicais, convocou a greve geral de 26 de maio para se colocar à cabeça do movimento para controlá-lo. A burocracia não pretende romper com o governo, nem com a burguesia monopolista que têm na política de conciliação de classes e na venalidade das direções um grande apoio para abortar as tendências de luta do proletariado. Mas os burocratas não podem ficar à margem das movimentações das bases se querem ter força suficiente para voltar a negociar com o governo e a se apresentar como uma fração útil aos interesses burgueses.

Como se vê, o país acha-se em face de uma severa crise do regime e um governo desgastado, que sequer conta com uma base social e política para lhe garantir condições de governabilidade. Embora sua maior fortaleza esteja no apoio da fração decisiva da burguesia monopolista e imperialista, a radicalização operária e popular, combinando-se às dissensões internas ao Partido Socialista, o tem obrigado a fazer recuos táticos, visando a satisfazer determinadas demandas setoriais para, assim, tentar isolar um setor de outro e avançar a repressão sobre os setores mais radicalizados. Foram essas contradições e movimentações que se refletiram no comparecimento do primeiro-ministro, Manuel Valls, que disse admitir certas modificações na lei.

Finalmente, é nessas condições que se realiza e acelera a radicalização de amplas camadas da pequena burguesia. Essa assiste desesperadamente a queda de suas condições de existência social. E a perspectiva de desabastecimento e de inflação resultante dos conflitos agrava esse quadro. Suas camadas arruinadas e empobrecidas demonstram uma grande simpatia pelo movimento grevista. As camadas mais desesperadas e atrasadas, por outro lado, inclinam-se para a política direitista da Frente Nacional, prometendo-lhes medidas enérgicas de “salvação nacional”, seja fechando as fronteiras nacionais e expulsando os imigrantes culpados por aprofundar os rombos das arcas nacionais, seja melhorando

suas condições de vida à custa dos explorados e assalariados.

Está aí por que a Frente Nacional tem atacado o governo pela direita e se prepara para aprofundar sua desestabilização. Seu objetivo é o de criar as condições para sua ascensão ao comando do Estado. A radicalização política do setor mais atrasado e conservador das classes médias poderá favorecer a direita ultranacionalista, que comparece como a representante mais decidida de suas aspirações de mão-de-ferro e de fechar o país dentro de suas fronteiras para evitar os abalos da desagregação política e econômica da União Europeia (UE).

Por cima das fronteiras nacionais e dos choques internos às classes e camadas sociais da França, se movimentam e manobra o imperialismo. O FMI exigiu de Hollande ir mais a fundo nos ataques. Apoiou a aprovação da reforma via decreto e exige ainda maior virulência nos ataques: a redução das contribuições do patronato à previdência social, facilitar as demissões, romper com os convênios coletivos, reduzir os subsídios sociais e os investimentos públicos, aplicar imediatamente a reforma previdenciária e acirrar os cortes na saúde e educação.

O cumprimento desse objetivo, no entanto, depende das condições políticas nacionais e das mudanças que se operem nas relações entre as classes dentro do país. O maior obstáculo às exigências do imperialismo é que na presente fase da luta é a classe operária a que tem em suas mãos a chave para a solução da crise que se manifesta com toda sua força no país. Mas, essa condição objetiva tem sérios obstáculos pela frente a serem vencidos, se o proletariado pretende vencer e derrotar os ataques da burguesia e seus agentes estatais. O maior desses é traduzir o instinto de revolta do proletariado em política consciente, em programa e estratégia. É evidente que pelos

objetivos declarados, as greves e manifestações constituem uma luta defensiva para preservar as conquistas e direitos já adquiridos. Embora por seus métodos e tendências presentes, adotem espontaneamente o caráter de uma luta ofensiva, de classe contra classe.

Observa-se que, como todas as mobilizações dos anos precedentes, a alta grevista no país desenvolve-se em meio à crise de direção revolucionária do proletariado mundial. Eis por que o proletariado francês não tem se projetado como força social revolucionária defendendo sua própria estratégia para a desagregação capitalista do país. E apenas pela sua própria força social também não será capaz de modificar os rumos dos ataques sem coordenar e unificar seus esforços sob uma frente única baseada em um programa de reivindicações comuns. A derrubada da lei constitui um embrião da unidade revolucionária.

O movimento operário francês se projeta por toda a Europa e, sem dúvida, para a classe operária mundial. Na França, como em toda Europa, está colocada a tarefa histórica de superar a crise de direção revolucionária. A tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista, como parte da reconstrução da IV Internacional, comparece objetivamente na situação de decomposição do capitalismo europeu e mundial. A tarefa do Comitê de Enlace na situação passa por superar seu caráter embrionário, avançar à sua inserção no seio das massas e dobrar esforços na elaboração coletiva e no fortalecimento de suas seções. Eis a via pela qual a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista achará um terreno para sua resolução histórica.



## Avanço do armamentismo mundial

Estamos diante de um processo de rearmamento mundial. Na base desse processo se acha as tendências bélicas resultantes da economia monopolista e do intervencionismo imperialista. A burguesia imperialista, ao concentrar em suas mãos as forças produtivas mundiais sob a forma da propriedade monopolista, sabe que às altas econômicas seguem inevitavelmente as quedas e as crises. No entanto, a crise segue suas próprias leis de desenvolvimento. Na sua base acha-se o choque das forças produtivas com as relações de produção. Contradição que na época de desagregação capitalista, a imperialista, se manifesta como a rebelião das forças produtivas e técnicas da humanidade contra os entraves que ergueram contra seu desenvolvimento pela constituição de frações burguesas delimitadas pelas fronteiras nacionais.

Está aí porque as medidas aplicadas na primeira fase da crise apenas equacionaram os abalos econômicos no interior das fronteiras nacionais. Mas, demonstraram-se limitadas para impor às economias nacionais um novo impulso e esbarraram-se nos estreitos limites dos mercados internos, com a crise de superprodução e com a lei mais geral do capitalismo da queda da taxa de lucro dos monopólios nas potências. As tendências à militarização das relações entre as classes e entre as nações são os sinais de quais as vias traçadas pelos monopólios para responder à crise estrutural do capitalismo. É o que assinalam os dados sobre o avanço do armamentismo que apresentamos logo abaixo. Eles demonstram que os anos que precederam a eclosão da crise longe estiveram de demonstrar que as nações avançaram às relações pacíficas e ao “multilateralismo”. Pelo contrário, demonstram que se prepararam sistematicamente para novos enfrentamentos.

Segundo o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), as despesas mundiais em armamento e os gastos com as intervenções militares não deixaram de crescer desde 1998 alcançando os níveis da chamada de “Guerra Fria”: 1,6 trilhões de dólares. Não se incluem aí os “gastos reservados” em “operações militares especiais”. De forma que é possível estimar os gastos em armamentos, tecnologia militar, munições e suprimentos muito acima dos dados colocados.

Da análise dos desprende-se que, após uma queda pronunciada entre 1990 e 1998 (atingindo o mínimo de 1,2 trilhões de dólares), a curva de compra e investimentos em armamentos e intervenções armadas cresceu ano após ano até atingir 1,3 trilhões para o ano de 2009, estabilizando-se no período de 2010-15. De conjunto, o gasto militar mundial chegou à casa dos 1,7 trilhões de dólares em 2015: incremento de 1% sobre 2014 ou 2,4% do PIB mundial total.

Não foi uma supressa que foram os Estados Unidos o carro-chefe dessa tendência. O imperialismo norte-americano realizou um gasto superior aos 610 bilhões (3,5% do PIB do país): 40% dos investimentos mundiais totais. A China avançou até o segundo lugar da lista de países que mais investem em armas, com 216 bilhões ou 2,1% do PIB nacional. Segue a Rússia com 84,5 bilhões ou 4,5% do PIB do país, país que alias multiplicou por dez vezes seu gasto em 15 anos.

Dois países destacaram-se entre os que mais gastaram. A Arábia Saudita, que superou à Rússia gastando 87 bilhões:

um 5,7% de aumento anual. E o Japão, que se coloca no oitavo lugar dos países que mais investiram na compra e produção de armamentos. Destaca também a Europa que, de conjunto, aumentou seus gastos em 13% em 2015 com relação ao ano de 2014. Processo esse que fundamentalmente realizou-se nos países fronteiriços à Rússia (Eslováquia, Estônia, Lituânia, Polônia e Romênia). Inglaterra, França e Alemanha embora reduziram seus gastos em 1,3% no ano 2015, preveem aumentar os orçamentos militares para 2016 sob a justificativa de “combater o terrorismo” e enfrentar à “ameaça” da Rússia sobre as fronteiras orientais da UE.

Por outro lado, o gasto militar na Ásia e Oceania cresceu 5,4% no ano passado. Na Ásia destaca o avanço do militarismo japonês, rompendo com a política de “autodefesa” de 70 anos imposta pelo imperialismo norte-americano. Hoje, o país avança à mudança da Constituição para reformar completamente suas Forças Armadas e legalizar seu intervencionismo militar em países estrangeiros. Porém, também destaca a Austrália, que investiu 30,6 bilhões em submarinos franceses com tecnologia norte-americana. Trata-se do maior gasto econômico na história da construção naval do país e está dirigido a “frear” as ambições chinesas na Ásia.

No Oriente Médio, por sua vez, cresceram os gastos militares em 4,1%. Somente no Iraque foi de 536% entre 2006 e 2015, em parte explicados pela reconstrução do exército e de equipamento militares destruídos pela máquina de guerra imperialista. Mas, também aumentaram os gastos de Arábia Saudita, Irão, Turquia e Israel, embora esse segue o mais completo secretismo de Estado.

Finalmente, na América Latina, na África e no Caribe houve uma queda geral. Na África, caíram os investimentos em -5,3% depois de 11 anos de crescimento continuado.

A leitura e análise dos indicadores acima colocados demonstram que os principais importadores de armamentos são países envolvidos com o processo da restauração capitalista no leste Europeu. E os países mergulhados nas guerras civis ou no intervencionismo militar em outros países visando ao controle das fontes de matérias-primas e territórios. Mas, também que os investimentos em compra ou produção própria de armamentos atingem países e governos envolvidos em disputas territoriais pelo controle das rotas comerciais, mercados e recursos.

É nesse quadro mais geral que destaca o avanço do militarismo japonês. Os gastos em suprimentos e equipes bélicos do Japão atingirão os 247 bilhões até 2018 (incremento de 2,6% para os próximos cinco anos). Trata-se de uma potência econômica capitalista que rompe assim com décadas de desmilitarização forçada. Na base desse armamentismo está tanto o desenvolvimento econômico da China, quanto o fortalecimento do exército chinês como instrumento de preservação das posições econômicas conquistadas por esse país e realizadas diretamente em detrimento dos monopólios imperialistas e japoneses.

Um sinal de essa mudança histórica refletiu-se politicamente com o avanço do governo à mudança da Constituição que, por mais de 70 anos, impôs um desenvolvimento econômico e

militar limitado, expressão de sua derrota na 2ª Guerra Mundial. O objetivo dessa mudança constitucional não é outro que o de avançar ao intervencionismo militar do Japão em países estrangeiros. Certamente, o vertiginoso rearmamento da China e as manobras militares de Coreia do Norte prestaram a justificativa perfeita para realizar esse passo em nome da “autodefesa” nacional em face dos “perigos do imperialismo chinês”. Um desses “perigos” seria o avanço da burocracia chinesa ao controle das regiões marítimas ricas em jazidas de petróleo e gás do Mar Meridional da China. Assim como o seu avanço ao controle militar sobre as rotas marítimas por onde passam as vias de abastecimento desse país e do próprio Japão. Rotas de importância estratégica se tratando do objetivo de afogar aos concorrentes dentro das fronteiras nacionais. Finalmente, ao aumento dos gastos militares combina-se, por sua vez, o aumento das manobras militares conjuntas com o imperialismo norte-americano dirigidas a ameaçar e acurrular à China.

Essas condições, de conjunto, indicam até que ponto a projeção militarista do Japão responde tanto às contradições internas dessa potência como às externas resultantes da divisão do mundo operada pela guerra mundial e que colocou o país como vassalo das movimentações imperialistas.

Em grande parte, o servilismo japonês perante o imperialismo norte-americano se explica pela estreita interdependência econômica criada pelo avanço ao acordo Trans-Pacífico (TTPI) e dependência do Japão dos rumos da própria economia dos EUA, na qual estão comprometidos bilhões de dólares na compra de títulos do Tesouro norte-americano. De forma que o país está obrigado a manter o parasitismo do imperialismo no qual se joga sua própria estabilidade interna.

Por outro lado, a derrota japonesa na Guerra tirou do país a possibilidade de avançar em suas movimentações e projeções econômicas independentes. A destruição das suas Forças Armadas e os limites colocados pela burguesia mundial a seu desenvolvimento no pós-guerra obrigaram o Japão a depender da proteção militar imperialista.

No entanto, esse servilismo choca-se constante e a cada vez mais violentamente com essas mesmas condições. A burguesia japonesa está obrigada a se abrir uma via própria de solução a suas contradições internas e externas. O que a coloca em choque com seu protetor, se tratando da conquista de novas posições econômicas para ecoar os capitais paralisados no país e para exigir uma maior quota na partilha dos mercados e recursos. Em ambos os casos, a coalizão militar dos EUA-Japão não constitui um meio para afastar de vez as contradições entre ambas às potências. Antes constitui uma via conjuntural para adiar esses choques. Porém, de ocorrer uma guerra e uma derrota militar da China, criaram-se condições para que esses choques se avolumassem.

Eis os fundamentos gerais e as tendências dominantes que se desenvolvem no seio do militarismo japonês. E que expressam a incapacidade das burguesias nacionais em solucionar conjunturalmente suas contradições sem abrir, ao mesmo tempo, as comportas para novos e mais violentos atritos mundiais. Como se vê, a crise estrutural do capitalismo carrega em seu

ventre violentas convulsões mundiais. Na situação de queda e crise econômica, garantir a posse e acesso as fontes de matérias primas necessárias para o funcionamento das economias nacionais, torna-se uma questão de vida e morte para os monopólios e os governos. Quando não são suficientes os meios econômicos e diplomáticos para conter a agressiva guerra comercial, vem-a-tons os meios militares. É o que vemos acontecer perante os nossos olhos com o atual curso do armamentismo.

Nota-se, finalmente, que a atual fase de desagregação capitalista só pode avançar à solução da crise de superprodução pela via burguesa destruindo grande parcela das forças produtivas dentro das fronteiras nacionais (desemprego, carestia, queda dos salários, fechamento de fábricas, etc.) como fora dessas com intervencionismo imperialista (destruição de forças produtivas nacionais e partilha de territórios e recursos, devastação de países e golpes de estado contra governos, etc.).

Eis porque as movimentações belicistas do imperialismo em geral e do Japão em particular indicam, em última instância, que já não é possível conter os crescentes choques econômicos no campo das soluções pacíficas. Ora, trata-se de delimitar as áreas de influência a cada potência e o acesso à partilha dos territórios e suas riquezas pela via da intimidação e da força das armas.

Como se vê, o armamentismo é uma das manifestações da política monopolista para sair do impasse da crise e da recessão nas potências. Evidentemente, essas tendências não caminham em linha reta. São constantes as manobras para evitar a deflagração de guerras e de choques militares de imprevisíveis consequências para as potências. No entanto, essas manobras e as medidas econômicas ou diplomáticas atrasam e, por momentos impedem impor uma ofensiva rápida e generalizada do imperialismo contra os países que alcançaram uma limitada soberania nacional. A intervenção militar direta é o instrumento final do que se valem as potências para esmagar um governo e um país que se apresenta como entrave a seus interesses estratégicos.

É necessário, por tanto, que a vanguarda se eleve à compreensão histórica de que quanto mais avança a desagregação capitalista, mais a via para a retomada do crescimento sobre as mesmas bases capitalistas é a barbárie social e o retrocesso e destruição brutal da vida das massas e a cultura humana a grande escala. Está colocada a necessidade de responder urgentemente à crise capitalista com o programa da revolução e ditadura proletárias. De forma que a principal tarefa do proletariado e demais explorados se concentra em reunir os esforços da vanguarda que avança na luta contra o intervencionismo e os ataques da burguesia contra suas condições de vida ajudando na tarefa de superar a crise de direção mundial do proletariado. Avançando assim ao objetivo histórico de destruição da propriedade e sociedade burguesas e iniciar a transição ao socialismo.

Trata-se, em outras palavras, em compreender e abarcar toda a complexidade da dinâmica interna e das leis da desagregação capitalista, em conhecer seus rumos e tendências gerais, de maneira a ajudar a classe operária a conquistar posições na luta de classes, forjar seus partidos revolucionários nacionais e por em pé seu Partido da Revolução Socialista Mundial.

## Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?” de Lênin

No Jornal Massas 517, publicamos a segunda parte da exposição dos principais fundamentos da teoria do partido marxista, elaborada por Lênin na obra “Que Fazer?”. Trataremos, agora, da relação entre a luta espontânea dos explorados e a consciência de classe. Lênin intitulou o segundo capítulo do livro “Que Fazer?”: “A espontaneidade das massas e a consciência da socialdemocracia”. É preciso esclarecer que o termo socialdemocracia correspondia ao momento em que Lênin lutava para que esta se constituísse em partido revolucionário, o “Que Fazer?” esteve na base desta luta nos primeiros anos do século XX. Mais tarde, a socialdemocracia russa se dividirá em duas correntes, a dos bolcheviques (maioria) e a dos mencheviques (minoria). O partido revolucionário se identificará como bolchevismo. O termo socialdemocracia não apenas ficou para trás como passou a ser considerado como partido reformista.

Os adversários das posições de Lênin, organizados em torno da publicação Rabócheie Dielo, acusavam-no de “subestimar a importância do elemento objetivo ou espontâneo do desenvolvimento”. Na realidade, essa caracterização não apenas era incorreta como ocultava divergências de princípio. Era evidente que a classe operária e demais oprimidos se lançassem à luta premidos pelas necessidades básicas e sem que dependessem para isso de ter alcançado uma consciência de classe, revolucionária. Esta constatação era amplamente conhecida e estudada pelo marxismo. O problema, portanto, não era o de reconhecer ou “subestimar” a importância das ações espontâneas, mas sim o de entender a relação entre estas e a consciência de classe.

Lênin recorre à história das greves e motins na Rússia desde os anos de 1860 a 1890 para demonstrar que o movimento espontâneo dos explorados “não é senão a forma embrionária da consciência”. A resistência coletiva à exploração e à opressão traziam em suas entranhas as bases objetivas da consciência de que se estava enfrentando um poder ilimitado dos exploradores. Os motins contra o domínio da servidão já indicavam lampejos de consciência. Mas sua principal característica era a da revolta espontânea por desespero e vingança. As greves dos anos 90, por sua vez, se distinguiam justamente por abrigar traços da consciência de classe, típicos do proletariado. Em resumo: “Se os motins eram simplesmente levantes de oprimidos, as greves sistemáticas expressavam já embriões da luta de classes, mas precisamente apenas embriões”. Tratava-se de uma consciência sindical: “(...) os operários não tinham, nem podiam ter a consciência do antagonismo irreconciliável entre seus interesses e de todo o regime político e social contemporâneo, isto é, não tinham consciência socialdemocrata”. Nota-se que a “consciência socialdemocrata” significava consciência partidária. A evolução dos motins para as greves implicava avanço na consciência da luta coletiva, portanto, sindical. Mudavam-se as formas e os métodos da revolta espontânea e, com isso, gestava-se o embrião da consciência revolucionária.

Lênin observa que essa consciência é gerada na mecânica interna da luta de classes e que por si só o embrião da cons-

ciência sindical não tem como se transformar em consciência partidária, ou mais precisamente, em consciência socialista. Esse é o grande problema da revolução. A transformação da consciência gestada nas lutas espontâneas depende da ação do partido revolucionário. No caso, trata-se do partido marxista, cujo objetivo histórico é o de transformar o capitalismo em socialismo e este em comunismo, como fase superior da sociedade sem classes.

No processo espontâneo da luta de classes se forma uma consciência da importância da ação coletiva, do uso e do planejamento da greve, do método da ação direta, mas não se forma a consciência socialista, que é o programa e a teoria da revolução social. Neste ponto, Lênin horrorizará os espontaneístas, que no fundo são reformistas, demonstrando que a consciência partidária, socialista, somente pode “ser introduzida de fora” do movimento dos explorados.

Transcrevemos a formulação leninista: “A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com suas próprias forças, somente está em condições de elaborar uma consciência tradeunista (sindicalista), isto é, a convicção de que é necessário



reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo a promulgação de tais ou quais leis necessárias para os operários, etc. Diferentemente, a doutrina do socialismo surgiu das teorias filosóficas, históricas e econômicas que foram elaboradas por representantes instruídos das classes possuidoras, pelos intelectuais. Por sua posição social, também os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam à intelectualidade burguesa. Exatamente, do mesmo modo, a doutrina teórica da socialdemocracia surgiu na Rússia independentemente em absoluto do crescimento espontâneo

do movimento operário, surgiu como resultado natural inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas. Até a época de que tratamos, isto é, meados da última década do século passado, essa doutrina não somente constituía já um programa completamente formado pelo grupo “Emancipação do Trabalho”, mas também, inclusive, chegou a conquistar a maioria da juventude revolucionária da Rússia”. “(...) De modo que existiam tanto o despertar espontâneo das massas operárias, o despertar da vida consciente e da luta consciente, como uma juventude revolucionária que, armada da teoria socialdemocrata tendia com todas suas forças para os operários. Além disso, é importante, sobretudo, deixar claro, o que é frequentemente esquecido (e relativamente pouco conhecido), que os primeiros socialdemocratas deste período, ao se lançarem com o ardor da agitação econômica (...), longe de considerá-la como sua única tarefa, pelo contrário, desde o começo assinalavam as mais amplas tarefas históricas da socialdemocracia russa, em geral, e a da derrubar a autocracia, em particular”.

Entre essa juventude estava o próprio Lênin e outros revolucionários que trarão a luta no seio da socialdemocracia para transformá-la em um partido capaz de vincular o programa e a teoria marxista com as tendências instintivas de luta do proletariado e assim transformar o embrião da consciência de classe em consciência socialista.